



EM TERRAS ALHEIAS

A produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul

REALIZAÇÃO

Repórter Brasil

CENTRO DE MONITORAMENTO
DE AGROCOMBUSTÍVEIS

APOIO



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

A PRODUÇÃO DE SOJA E CANA EM ÁREAS GUARANI NO MATO GROSSO DO SUL

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil retorna ao Mato Grosso do Sul para aprofundar os estudos dos intensos impactos socioambientais gerados por plantadores de soja e cana - duas das principais culturas agrícolas do Estado - nos territórios indígenas Guarani. Trata-se da continuidade de um trabalho iniciado há três anos com as pesquisas que resultaram no relatório "O Brasil dos Agrocombustíveis - Os Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Cana-de-açúcar - 2009"¹.

A decisão de voltar ao Mato Grosso do Sul explica-se por ser o Estado uma das principais fronteiras agrícolas do Brasil. Há naquela região uma crescente demanda por matéria-prima pelas usinas de açúcar, etanol e biodiesel, o que tem estimulado a expansão das áreas de soja e cana, inclusive dentro de terras indígenas em processo de reconhecimento pelo governo brasileiro. Se por um lado a morosidade desse processo serve de combustível para violentos conflitos, por outro também ajuda a atrair a atenção do público para a produção agrícola em terras indígenas.

Além da análise da expansão agrícola no Estado, este novo relatório apresenta estudos de caso de seis áreas indígenas em que há a presença de produtores de soja e cana.

Quatro delas - Guyraroka, Takuara, Jatayvary e Panambi-Loagoa Rica - estão em processo avançado de reconhecimento e demarcação, e duas - Laranjeira Nhandaru e Guayvirí - são emblemáticas por seus históricos de conflito. Os dados apresentados se baseiam na leitura e sistematização de documentos oficiais e de depoimentos colhidos junto aos indígenas em visitas às seis aldeias.

É importante frisar que a questão da produção de commodities em áreas indígenas (ou terras por eles reivindicadas) vem sendo considerada irregular e de forte impacto socioambiental por um número crescente de instituições, tais como o Ministério Público Federal, a Funai e o Conselho Monetário Nacional, além de organizações internacionais indigenistas e ligadas à sustentabilidade do setor produtivo. Neste sentido, o presente relatório pode servir como insumo para negociações e ações de responsabilidade social dos vários atores e setores envolvidos na cadeia produtiva das duas culturas.

O CMA agradece o apoio logístico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ao trabalho de campo nas aldeias Guarani, e ao Ministério Público Federal pelo compartilhamento de informações. À Cordaid e ao Sigruid Rausing Trust pelo suporte financeiro que possibilitou a execução deste trabalho. E, em especial, a todos os Guarani que nos receberam em suas terras e dividiram conosco suas histórias.

PAÍSES COM POPULAÇÃO GUARANI



EXPEDIENTE

Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto

Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis

Marcel Gomes (coordenação)

Verena Glass (pesquisa)

Suporte Financeiro

Fabiana Garcia

Suporte Administrativo

Maia Fortes

O relatório “Em terras alheias - a produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul” é uma realização do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil

Autora

Verena Glass

Revisão

Marcel Gomes

Fotos

Verena Glass e Philip Clark-Hill

Mapas

Roberta Roxi

Diagramação

Gustavo Monteiro

Endereços para correspondência

biobr@reporterbrasil.org.br

<http://twitter.com/reporterb>

<http://www.facebook.com/ONGReporterBrasil>

Rua Bruxelas, 169, São Paulo - SP, CEP 01259-020

Telefones: (+55 11) 2506-6570, 2506-6562, 2506-6576 e 2506-6574

Apoio

Cordaid

Sigrid Rausing Trust

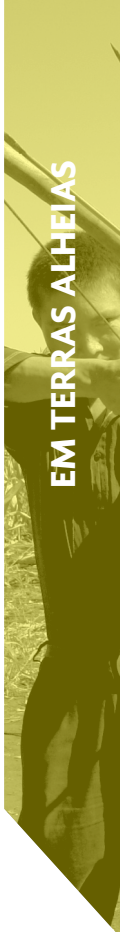
Conselho Indigenista Missionário

Copyright ONG Repórter Brasil

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação, devendo citar fonte de referência.

ÍNDICE

EM TERRAS ALHEIAS	03
INTRODUÇÃO	06
ESTUDOS DE CASO	11
1. TERRA INDÍGENA JATAYVARY	11
2. TERRA INDÍGENA GUYRAROKÁ	14
3. TERRA INDÍGENA PANAMBI - LAGOA RICA	17
4. TERRA INDÍGENA TAKUARA	20
5. COMUNIDADE INDÍGENA LARANJEIRA NHANDERU	23
6. COMUNIDADE INDÍGENA GUAIVIRY	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
NOTAS	30



EM TERRAS ALHEIAS

INTRODUÇÃO

Com 53 áreas indígenas em diversos estágios de estudo e demarcação², o Mato Grosso do Sul (MS) tem se destacado, historicamente, como o Estado brasileiro com o maior número de casos de violência e de conflitos envolvendo a disputa de terras entre indígenas e produtores rurais.

De acordo com o relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil - 2011”, do Conselho Indigenis-

ta Missionário (Cimi), o MS registrou o maior número de vítimas de homicídio no país no último ano - 32 pessoas ou 62,7% das ocorrências totais -, sendo 27 Guarani-kaiowá, 2 Terena, 2 Guarani-nhandeva e 1 Ofayé-xavante. O Estado também teve o maior número de conflitos relativos a direitos territoriais³, conforme o mesmo estudo do Cimi.

Os conflitos têm se intensificado na última década com a expansão das culturas de soja e cana nas regiões sudoeste e sul do Estado, envolvendo majoritariamente os indígenas Guarani-kaiowá e Guarani-nhandeva, que ocupam ou reivindicam a demarcação de 40 das 53 Terras Indígenas cadastradas pela Funai, como mostra a tabela a seguir.

TABELA DAS ÁREAS INDÍGENAS GUARANI NO MS

Terras indígenas	Grupo Indígena	Município	Área	Situação/Etapa
TI Amambaiepeguá	Guarani	Ponta Porã	-	Em estudo
TI Apapeguá	Guarani	Amambai, Ponta Porã, ...	-	Em estudo
TI Brilhantepeguá	Guarani	Paranhos, ...	-	Em estudo
TI Dourados-Amambaiepeguá	Guarani	Navirai, Dourados, Amambai.	-	Em estudo
TI Iquatemipeguá	Guarani	Sete Quedas, Iquatemi, Amambai, Coronel Sapucaia	-	Em estudo
TI Nandévapeguá	Guarani	Japorã	-	Em estudo
TI Guyraroká	Guarani-kaiowá	Caarapó	11.440 ha	Declarada
TI Jatayvari	Guarani-kaiowá	Ponta Porã	8.800 ha	Declarada
TI Taquara	Guarani-kaiowá	Juti	9.700 ha	Declarada
TI Panambi - Lagoa Rica	Guarani-kaiowá	Douradina, Itaporã	12.196 ha	Delimitada
TI Gua-y-viri	Guarani-kaiowá	Ponta Porã	-	Em estudo
TI Kokuey	Guarani-kaiowá	Ponta Porã	-	Em estudo
TI M'barakay	Guarani-kaiowá	Iquatemi	-	Em estudo
TI Urucuty	Guarani-kaiowá	Amambai	-	Em estudo
TI Arroio-Korá	Guarani-kaiowá	Paranhos	7.176 ha	Homologada
TI Jarara	Guarani-kaiowá	Juti	479 ha	Homologada
TI Nande Ru Marangatu	Guarani-kaiowá	Antônio João	9.317 ha	Homologada
TI Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani-kaiowá	Paranhos	2.609 ha	Homologada
RI Aldeia Limão Verde	Guarani-kaiowá	Amambai	660 ha	Regularizada
TI Amambai	Guarani-kaiowá	Amambai	2.430 ha	Regularizada
TI Buritizinho	Guarani-kaiowá	Sídlândia	10 ha	Regularizada
TI Guaimbé	Guarani-kaiowá	Laguna Carapã	717 ha	Regularizada
TI Guasuti	Guarani-kaiowá	Aral Moreira	959 ha	Regularizada
TI Jaquapiré	Guarani-kaiowá	Tacuru	2.349 ha	Regularizada
TI Jaquari	Guarani-kaiowá	Amambai	405 ha	Regularizada
TI Panambizinho	Guarani-kaiowá	Dourados	1.273 ha	Regularizada
TI Pirakua	Guarani-kaiowá	Bela Vista, Ponta Porã	2.384 ha	Regularizada
TI Rancho Jacaré	Guarani-kaiowá	Laguna Carapã	778 ha	Regularizada
RI Sassoró	Guarani-kaiowá	Tacuru	1.923 ha	Regularizada
TI Sucuriy	Guarani-kaiowá	Maracaju	535 ha	Regularizada
RI Taquaperi	Guarani-kaiowá	Coronel Sapucaia	1.777 ha	Regularizada
TI Sete Cerros	Guarani-kaiowá, Guarani Nhandéva	Paranhos	8.585 ha	Homologada
TI Caarapó	Guarani-kaiowá, Guarani Nhandéva	Caarapó	3.594 ha	Regularizada
RI Dourados	Guarani-kaiowá, Guarani Nhandéva, Terena	Dourados, Itaporã	3.475 ha	Regularizada
TI Porto Lindo	Guarani Nhandéva	Japorã	1.649 ha	Regularizada
TI Potrero Guaçu	Guarani Nhandéva	Paranhos	4.025 ha	Declarada
TI Sombreiro	Guarani Nhandéva	Sete Quedas	12.608 ha	Declarada
TI Cerrito	Guarani Nhandéva	Eldorado	1.951 ha	Regularizada
TI Pirajuí	Guarani Nhandéva	Paranhos	2.118 ha	Regularizada

Fonte: Funai 2012



Historicamente, o povo Guarani viveu em vastas áreas do Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia e Brasil. Neste último, o Mato Grosso do Sul (MS) concentra o maior número de Guaranis que, de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, perfazem uma população de cerca de 43 mil pessoas no Estado (35 mil vivem em terras indígenas e 8,1 mil fora das mesmas).

O processo de expulsão dos Guarani de suas terras no sul-sudeste do MS remete ao século XIX. Em 1882, o Governo Federal arrendou a região para a Companhia Matte Laranjeiras, que iniciou a exploração da erva-mate em todo o território indígena. Em 1915, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criou a primeira Reserva Guarani com 3.600 hectares, e até 1928 são demarcadas um total de oito reservas, totalizando 18.297 hectares.

Inicia-se então, com o apoio direto dos órgãos oficiais, um processo sistemático e relativamente violento de confinamento da população Guarani nestas reservas.

Com o desmatamento da região e a implantação das fazendas de gado e das colônias agrícolas, em especial a Cand (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), a partir da década de 1940 dezenas de aldeias Guarani-kaio-wá tiveram que ser abandonadas pelos índios, sendo suas terras incorporadas pela colonização. A população dessas aldeias foi aleatoriamente “descarregada” nas reservas, processo que perdurou até o final da década de 1970.

Apesar do expurgo dos indígenas de suas terras, várias famílias continuaram nas regiões de origem, trabalhando como empregados nas fazendas dos não-índios. A partir da década de 1970, com a mecanização e a especialização em torno da soja e do gado de corte (e, a partir da década iniciada em 2001, também da cana), a presença da mão-de-obra indígena deixou de ser indispensável e, em alguns casos, até indesejável. Concomitantemente, a valorização das commodities agrícolas aumentou a pressão sobre as terras indígenas, e com isso também aumentaram os conflitos.

CANA E TERRAS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL



Foto: Verena Glass

Nos últimos anos, o setor sucroalcooleiro, fortemente incentivado pelo governo estadual, foi um dos que mais cresceu no Mato Grosso do Sul. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na safra 2012/13 a cana teve uma expansão de 12,5% em relação ao período anterior, e hoje ocupa mais de 550 mil hectares no Estado (nos anos anteriores, da safra 2009/10 para a 2010/11, de acordo com a Conab houve um aumento de 49,2% da área plantada de cana; da safra 2010/11 para a 2011/12, o aumento foi de 21,38%).

Segundo a Associação dos Produtores de Bioenergia (Biosul) do Mato Grosso do Sul, 540 mil hectares são destinados à produção de açúcar e etanol, 64 mil hectares são de áreas de expansão dos canaviais, 29 mil hectares estão em processo de renovação, e 15 mil hectares são reservados à produção de mudas⁵. Já em relação às unidades de processamento, a União dos Produtores de Bioenergia (Udop) relaciona 30 usinas instaladas e 10 em processo de instalação no Estado (tabelas ao lado).

O crescente número de usinas tem demandado uma área cada vez maior de cana. Como grande parte delas vem se instalando nas regiões su-

deste e sul do Estado, onde se concentram os territórios Guarani, a atividade sucroalcooleira acabou impulsionando a produção de matéria-prima em fazendas que incidem sobre terras indígenas.

Além de ser um vetor de conflitos sociais e fundiários - tratados neste relatório nos estudos de caso -, o plantio de cana em áreas indígenas (assim como no Pantanal, na Amazônia e na Bacia do Alto Paraguai) passou a ser considerado irregular e inapto a receber financiamento público com a publicação do Decreto Nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprovou o Zoneamento Agroecoló-

USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NO MATO GROSSO DO SUL		
Usina	Município	Status de funcionamento
Adecoagro - Unidade Angélica Agroenergia	Angélica	Instalada
Adecoagro - Unidade Ivinhema	Ivinhema	Em instalação
Agrison	Sidrolândia	Instalada
Alcolvale	Aparecida do Taboado	Instalada
Aurora	Anaurilândia	Instalada
Brilhante	Maracaju	Em instalação
Bunge Monteverde	Ponta Porã	Instalada
CBAA Brasilândia	Brasilândia	Instalada
CBAA Sidrolândia	Sidrolândia	Instalada
Cerona	Nova Andradina	Instalada
Chapadão do Sul	Chapadão do Sul	Em instalação
Dcoil	Iguatemi	Instalada
Dourados	Dourados	Em instalação
ETH Bioenergia - Eldorado	Rio Brilhante	Instalada
ETH Bioenergia - Santa Luzia I	Nova Alvorada do Sul	Instalada
ETH Bioenergia - Costa Rica	Costa Rica	Instalada
Fátima do Sul	Fátima do Sul	Instalada
Iaco Agrícola	Chapadão do Sul	Instalada
Itaguassu	Bataguassu	Instalada
Laguna	Bataiporã	Instalada

Fonte: UDOP

gico da Cana-de-açúcar (ZAE). O decreto foi regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em outubro do mesmo ano⁶.

Por pressão do Ministério Público Federal (MPF), algumas usinas na macrorregião de Dourados já se comprometem a cortar relações comerciais com produtores em áreas indígenas. Em 2009, após ser responsabilizada pelo MPF pelo ataque a um acampamento indígena localizado às margens da Fazenda Serrana, a usina São

Fernando, empreendimento da Agropecuária JB (Grupo Bumlai) e do Grupo Bertin, que havia arrendado a fazenda, assinou um Termo de Compromisso pelo qual se comprometeu a não adquirir ou promover o plantio de cana, mesmo por intermédio de arrendamento, em imóveis rurais que estejam localizadas em áreas identificadas, declaradas ou homologadas como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Os contratos firmados com proprietários de fazendas localizadas nessas terras foram rescindidos e não renovados⁷.

Acordo similar foi celebrado entre Funai/MPF e a usina Raízen (dos grupos Cosan e Shell) - antiga Nova América - em junho de 2012. A usina se comprometeu a suspender, em caráter definitivo e até 25 de novembro de 2012, “a aquisição de cana-de-açúcar oriunda de áreas já declaradas, por meio de portaria do Ministro de Estado da Justiça, como terra indígena (...), bem como se abster de promover a utilização, nessa mesma unidade produtora, de cana-de-açúcar oriunda de áreas que, de igual modo, ainda venham a receber a mesma qualificação”. A Raízen também deve estipular, “nos contratos que venha a cele-

Foto: Verena Glass



brar com vistas à aquisição de cana-de-açúcar para sua unidade produtora situada no Município de Caarapó, condições que obriguem suas contratadas a respeitar os direitos das comunidades indígenas”⁸.

Já a multinacional Bunge, dona da usina Monte-verde Energética em Ponta Porã, tem se negado a discutir a questão. Em documento de avaliação de suas operações em 2010, ao qual a Repórter Brasil teve acesso, a empresa confirmou que se abastece em cinco fazendas no interior da área indígena Jatayvary, e, no mesmo documento, afirma ter ciência dos problemas relacionados à cana em terras indígenas. Apesar de ponderar que, “diante do fato de existir a possibilidade de que algumas áreas sob as quais possuímos contrato de parceria e arrendamento rural, sejam decretadas como ‘terras indígenas’, e portanto desapropriadas”, a Bunge descartou a possibilidade de rescindir os contratos e propôs “conciliar interesses das partes, na busca de solução pacífica e integradora”.

Em 2012, quando questionada sobre a questão, a empresa limitou-se a dizer que, “sobre o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, os contratos [com as cinco fazendas na TI] são anteriores a esse zoneamento, e o cultivo do canavial no ciclo atual não foi objeto de financiamento público”. E finaliza: “quando houver decisão definitiva das autoridades competentes (homologação pela Presidência da República e registro em Cartório de Imóveis) a respeito da propriedade das terras, e se esta for favorável aos indígenas, a Empresa imediatamente tomará as providências necessárias à suspensão dos respectivos contratos, caso ainda estejam em vigor” (leia mais no estudo de caso da TI Jatayvary).

USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NO MATO GROSSO DO SUL (CONT.)

Usina	Município	Status de funcionamento
Laranjay Agroenergia	Navirai	Em instalação
LDC SEV - Unidade Maracaju	Maracaju	Instalada
LDC SEV - Unidade Passa Tempo	Rio Brilhante	Instalada
LDC SEV - Unidade Rio Brilhante	Rio Brilhante	Instalada
Pantanal	Sidrolândia	Em instalação
Paranaíba	Paranaíba	Instalada
Ponta Porã	Ponta Porã	Instalada
Raízen - Unidade Caarapó	Caarapó	Instalada
Rio Parana	Eldorado	Em instalação
Safi Brasil	Nova Alvorada do Sul	Instalada
Santa Helena	Nova Andradina	Instalada
Santo Antonio	Anaurilândia	Instalada
São Fernando	Dourados	Instalada
Sonora	Sonora	Instalada
Terra Verde	Nova Andradina	Em instalação
Tonon - Unidade Vista Alegre	Maracaju	Instalada
Usinavi	Navirai	Instalada
Vale do Vacaria	Sidrolândia	Em instalação
Vicentina	Vicentina	Instalada
Vitória	Dourados	Em instalação

Fonte: UDOP

SOJA E TERRAS INDÍGENAS
NO MATO GROSSO DO SUL

Foto: Verena Glass

A soja é outra cultura que tem se expandido nos últimos anos no Mato Grosso do Sul, em especial na região sudoeste do Estado. De acordo com a Conab, houve um crescimento de 8,9% da área plantada de soja da safra 2010/2011 para a safra 2011/2012, que ocupou 1,8 milhões de há este ano.

Apesar de não ser o foco principal do agronegócio sojeiro, a produção de biodiesel de soja também vem crescendo no Estado. Em meados de 2012, de acordo com a Udop, o Mato Grosso do Sul contava com quatro usinas em funcionamento - Biocar, em Dourados; Delta, em Rio Brillhante; Tecnodiesel, em Sidrolândia; e Cargill, em Três Lagoas - e quatro em fase de instalação - Delta II, em Rio Brillhante; Brasil Bioenergia, em Nova Andradina; Agrenco Bioenergia, em Caarapó; e Projebio, em Jaraguari.

Por ser uma cultura consolidada há mais tempo na região sudoeste do Mato Grosso do Sul, a soja também é mais presente em áreas indígenas do que a cana. Desta forma, seus impactos são maiores nas populações indígenas, em especial os ligados à contaminação de cursos d'água por pesticidas, danos à saúde, mortandade de animais e danos às roças causados pela fumigação aérea de herbicidas, tráfego de caminhões pesados nas áreas das aldeias, entre outros. Também é maior o número de conflitos envolvendo produtores de soja, como demonstrado nos estudos de caso apresentados neste relatório.

Ainda em 2010, o Ministério Público Federal abriu um procedimento administrativo para "apurar a responsabilidade da cadeia produtiva de soja e das entidades financeiras pelos impactos ao meio ambiente, aos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, objetivando a legal coleta de elementos possivelmente ensejadores de Ação Civil Pública".

No entender do MPF, a produção de qualquer commodity por não-índios em terras indígenas ou em áreas por eles reivindicadas fere a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu artigo 14. De acordo com o texto indicado, quando justificado, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência". A responsabilidade por qualquer violação destes direitos se estende para toda a cadeia produtiva das culturas produzidas em terras indígenas, avalia o MPF.

O MPF também entende que a comercialização da produção agrícola em território indígena deve ser questionada, uma vez que os valores auferidos nestas transações em tese deveriam beneficiar os detentores de direito das terras - ou seja, os indígenas, e não os fazendeiros. O Ministério Público alerta também que, em seu artigo 18, a Convenção 169 da OIT decreta que "sanções adequadas devem ser estabelecidas em lei contra a intrusão ou uso não autorizado de terras dos povos interessados".

No caso da soja, outra instância na qual o MPF apoia sua análise é a Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS na sigla em inglês). De acordo com a instituição, a "RTRS garante que os produtores de soja certificada reconheçam totalmente os direitos das populações indígenas e dos pequenos proprietários". Atualmente, são membros da Mesa Redonda empresas como Bunge, Cargill, ADM, Grupo André Maggi e outros. De acordo com a leitura do MPF, estas empresas têm o dever de não comprar, financiar ou se relacionar de qualquer outra forma com produtores de soja em áreas indígenas.

ESTUDOS DE CASO

1. TERRA INDÍGENA JATAYVARY

Localização: Município de Ponta Porã,

Estado do Mato Grosso do Sul

Superfície: 8.800 hectares

Perímetro: 40 km

Sociedade indígena: Guarani-kaiowá

Situação legal: declarada

A Terra Indígena Jatayvary, antes chamada de TI Lima Campo, foi reconhecida pela Funai em 2004 e declarada (segundo passo de reconhecimento das TIs pela Funai), através da Portaria MJ/GM Nº 499, em abril de 2011. O primeiro movimento de retomada do território tradicional, no entanto, começou ainda em meados da década de 1960 de forma não organizada e com ocupação difusa da área, até que, em 1993, o indígena Lourenço Amaral foi assassinado a mando de um fazendeiro e outros 37 foram violentamente expulsos da região. O assassinato e os conflitos decorrentes levaram a Funai a realocar os indígenas de Lima Campo na reserva indígena de Dourados, mas a partir de 1994 o grupo originário daquele território começou a organizar o movimento de retomada da área, que ocorreu em 1998.

De acordo com moradores mais velhos de Jatayvary, os primeiros tempos foram de forte tensão entre fazendeiros e indígenas. “O fazendeiro dono da área ocupada mandou um monte de pistoleiros para nos amedrontar. Depois, mandou máquinas e tratores para derrubar o

mato e fazer lavoura. Antes, quando chegamos aqui, não havia nada, nem agricultura nem gado”, conta dona Genilda, uma das moradoras mais antigas da aldeia.

De acordo com o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Jatayvary⁹, elaborado em 2004 pelo antropólogo e coordenador do Grupo Técnico da Funai Rubem F. Thomaz de Almeida, “com a ‘entrada’ dos índios no Jatayvary, criou-se um clima de muita tensão, marcado pela irritação de fazendeiros, sempre ameaçadores. Em 09.1999 (...) os índios comentavam sobre o procedimento intimidador como tiros a esmo à noite, passagens de veículos ‘suspeitos’ pela estrada, ameaças quando se davam encontros pessoais, criando um clima de permanente tensão no acampamento dos Kaiowa e Nandéva naquele momento. Os índios mencionavam então os Srs. Donizete Moreira Lima, Atys de Mello Neto, Neno, Matos e Eloy Sperafico como os fazendeiros mais exaltados e ameaçadores”.

Ainda em 1998, os indígenas receberam a informação de que parte de sua área seria loteada pelo Banco da Terra para assentar colonos sem-terra, processo que foi paralisado pelo Ministério Público Federal e pela Funai, mas que criou uma tensão adicional entre indígenas e colonos.

No ano de 2004, quando foi publicado o reconhecimento de Jatayvary como terra indígena, cerca de 96 famílias ocupavam então 181,4 ha com casas, roças e animais. Delimitada, a TI aguarda agora a demarcação e homologação final por parte da Funai e da presidência da República.

Foto: Verena Glass

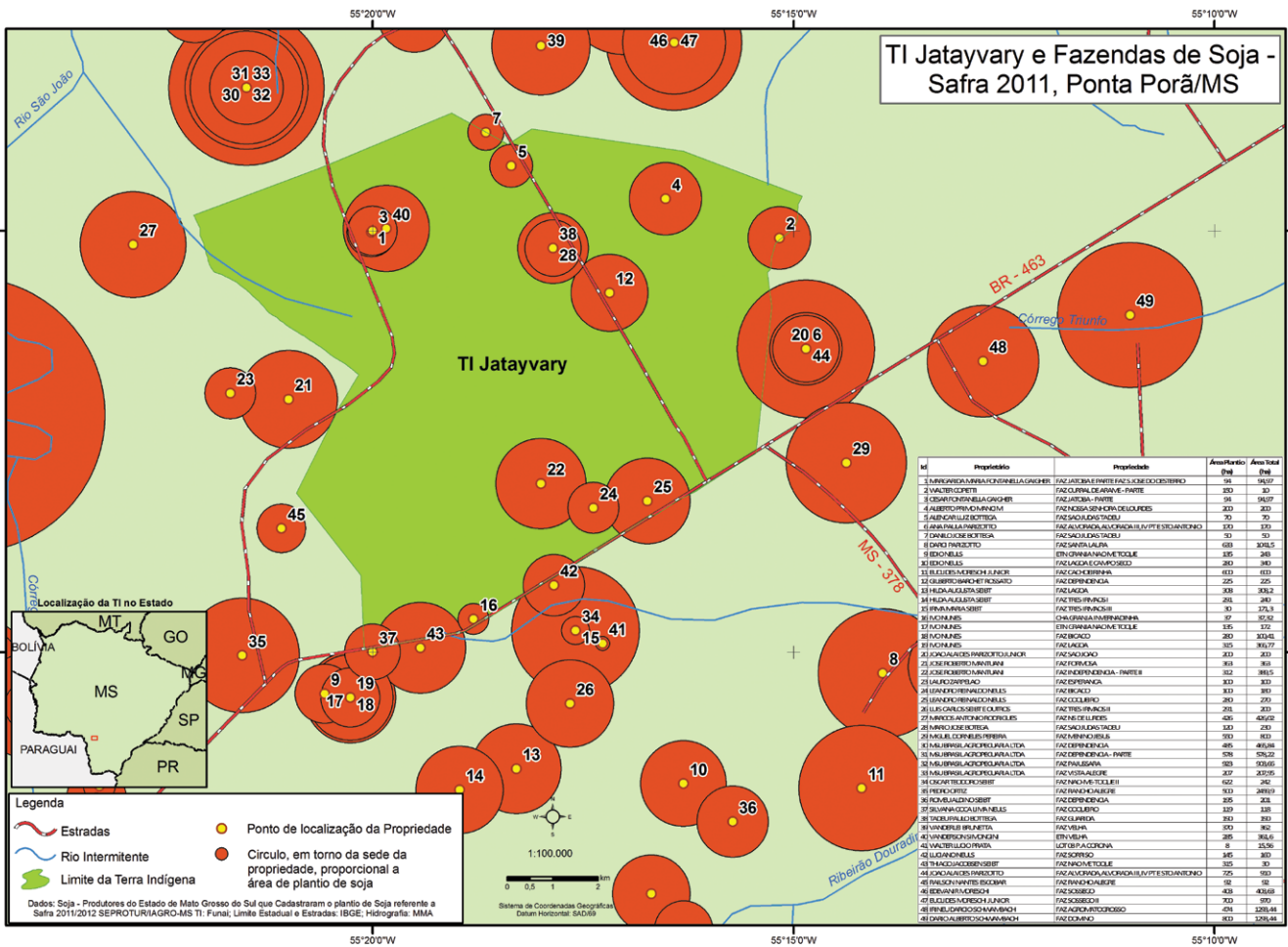


Na entrada de Jatayvary, placas de fazendas indicam ocupação da TI

► Presença de fazendas na TI Jatayvary

De acordo com o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Jatayvary, foram listadas 45 propriedades rurais que incidem no território indígena. Ainda segundo o documento, “os não indígenas estão há relativamente pouco tempo na terra identificada, indicando ser recente sua colonização (...). Todos têm títulos, o que os coloca na condição de ‘proprietários’”. Exceto quatro fazendas, que apresentam dimensões superiores a 1000 ha, as demais têm entre 5 e 31 ha.

Nestas áreas, as atividades produtivas, as culturas e as relações de arrendamento são mutáveis ano a ano, o que dificulta o acompanhamento temporal das mesmas a partir deste registro inicial. No caso da soja, porém, de acordo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, na safra 2011/2012 há 14 registros de produtores que cultivaram o grão em fazendas que incidem parcial ou totalmente na TI Jatayvary, como mostra o mapa abaixo.



RELAÇÃO DOS PRODUTORES QUE CADASTRARAM PLANTIO DE SOJA JUNTO À IAGRO NO INTERIOR DA TI JATAYVARY, REFERENTE À SAFRA 2011/2012

Nome	Inscrição estadual	Fazenda	Área de soja (ha)
Margarida Maria Fontanella Gaigher	287.109.143.0	Jatoba e parte Faz S Jose Do Desterro	94.0
Cesar Fontanella Gaigher	285.940.740.0	Jatoba e parte Faz S Jose Do Desterro	94.0
Walter Copetti	285.953.478.0	Curral de Arame - Parte	150.0
Alberto Primo Mancim	286.883.201.0	Nossa Senhora de Lourdes	200.0
Alencar Luiz Bottega	287.457.362.0	São Judas Tadeu	70.0
Daniilo Jose Bottega	287.259.790.0	São Judas Tadeu	50.0
Gilberto Barchet Rossato	287.371.794.0	Dependência	225.0
Ivo Nunes	286.130.033.0	Granja Invernadinha	37.0
Jose Roberto Mantuani	286.565.439.0	Independencia - Parte II	312.0
Leandro Reinaldo Neuls	286.220.083.0	Coqueiro	280.0
Leandro Reinaldo Neuls	286.634.414.0	Bicaco	100.0
Mario Jose Bottega	286.620.871.0	São Judas Tadeu	120.0
Tadeu Paulo Bottega	286.350.831.0	Guarida	190.0
Vanderson Simongini	286.515.440.0	ETN Velha	285.0

Na tabela da página anterior estão relacionados os mesmos dados, incluindo a inscrição estadual dos produtores.

De acordo com os indígenas, os conflitos com fazendeiros que ocupam o território de Jatayvary estão controlados e não tem havido maiores incidentes. O principal problema tem sido o tráfego intenso de caminhões que transportam a produção pela estrada que corta a área - o perigo de atropelamentos, que já ocorreram, é grande, além do incômodo da poeira e do barulho. “Outro problema são as constantes aplicações de veneno com avião. Quando isso acontece, as crianças aqui ficam com muita diarreia e vômito”, explica Arlindo Cabaña, liderança local.

► Cana - o caso da usina Monteverde/Bunge

Segundo os indígenas de Jatayvary, o plantio de cana em fazendas no interior da área teve início há cerca de cinco anos, com a chegada à região de usinas como a São Fernando, pertencente aos grupos Bertin e Bumlai, e Monteverde, atualmente pertencente à multinacional Bunge.

Em abril de 2010, após um tenso processo de negociação e pressão por parte dos Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho, a usina São Fernando assinou um termo de cooperação e compromisso no qual se comprometeu a não “adquirir ou promover o plantio de cana-de-açúcar, mesmo por intermédio de contratos de arrendamento, em imóveis rurais que estejam localizadas em áreas identificadas, declaradas ou homologadas como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Os contratos firmados com proprietários de fazendas localizadas nessas terras serão rescindidos e não renovados, ficando assegurado o direito de conclusão das colheitas permitidas pelo ciclo da cana”.

Já a usina Monteverde, da Bunge, tem se negado a romper o contrato de fornecimento de cana com as fazendas que ocupam áreas de Jatayvary, apesar da ciência do problema. A empresa se abastece com cinco propriedades que incidem na terra indígena, como mostra a tabela abaixo:

Ainda em 2010, a usina Monteverde/Bunge elaborou uma “Proposta de manutenção de contratos de parceria agrícola sobre áreas demarcadas como indígenas”, na qual reconhece que, “diante do fato de existir a possibilidade de que algumas áreas sob as quais possuímos contratos de parceria e arrendamento rural sejam decretadas como ‘terras indígenas’ e, portanto, desapropriadas, revelou-se a necessidade de analisarmos a posição física, de investimento, financeira, fiscal e socioambiental relativamente a contratação daquelas áreas”.

De acordo com os dados da usina, em 2010 as relações com as cinco fazendas eram as seguintes:

1. Fazenda Santa Luzia: arrendamento com vencimento em dezembro de 2013
2. Fazenda Guarida: parceria com vencimento em maio de 2012
3. Fazenda Três Marias: parceria com vencimento em dezembro de 2012
4. Fazenda El Shaday: parceria com vencimento em dezembro de 2014
5. Fazenda Dependência: parceria com vencimento em dezembro de 2014

Questionada sobre a gestão destes contratos, a Bunge afirmou, em agosto de 2012, que “a companhia decidiu que descontinuará esses contratos nos seus respectivos vencimentos, a partir de 2013”. No mesmo comunicado, a empresa informou que o contrato com a fazenda Guarida não foi cancelado, apesar de ter vencido em maio de 2012, como consta em sua documentação de 2010. Significando que, de acordo com seu último posicionamento, apesar da ciência dos problemas referentes à cana na terra indígena, refez e um contrato em maio e poderá renovar outro em dezembro de 2012.

Sobre a ponderação de que o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar e o Conselho Monetário Nacional consideram irregular a produção da cultura em áreas indígenas, a Bunge se limitou a afirmar que “os contratos [com as fazendas em Jatayvary] são anteriores a esse zoneamento e o cultivo do canavial no ciclo atual não foi objeto de financiamento público”.

RELAÇÃO DAS PROPRIEDADES E PRODUTORES DE CANA NO INTERIOR DA TI		
Nome	Fazenda	Área de cana
Norma Zambon Conci, Márcia Conci e Beatriz Conci	Santa Luzia	139,0
Eliana Martin Torres	Guarida	135,4
Maria Tereza Coronel Dorneles	Três Marias	99,3
Donizate Moreira Lima	El Shadai	70,3
Odite Nunes Nazário Stefanello	Fazenda Dependência	268,2
Fonte: Bunge		



2. TERRA INDÍGENA GUYRAROKÁ

Localização: Município de Caarapó,

Estado de Mato Grosso do Sul

Superfície: 11.401 ha

Perímetro: 49.603 km

Sociedade indígena: Guarani-kaiowá

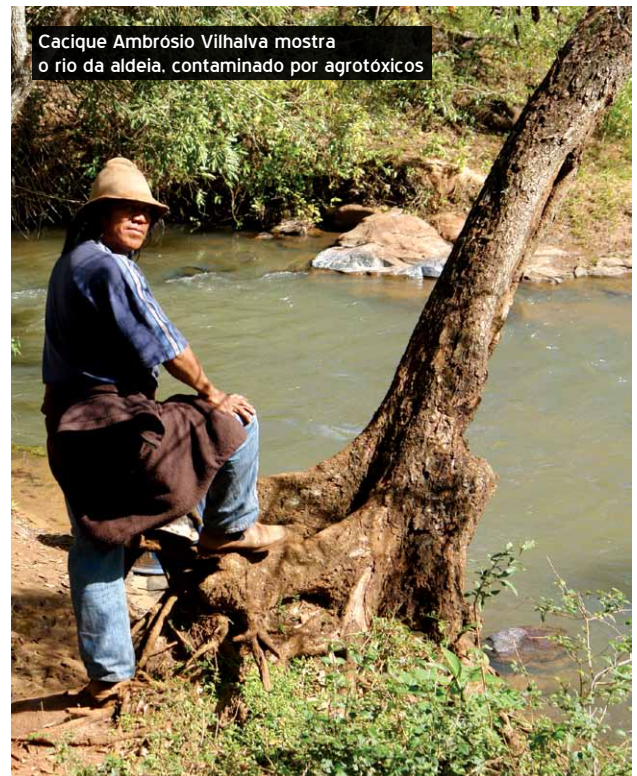
Situação legal: declarada

Os Guarani-kaiowá de Guyraroká vêm reivindicando a área hoje declarada como Terra Indígena pela Funai desde 1990, quando fizeram a primeira retomada de parte de seu território tradicional. Em 1999, o grupo sofreu violento despejo policial e passou a acampar na beira da estrada por cerca de quatro anos. Em setembro de 2004, ano em que a Funai finalizou o primeiro processo de reconhecimento da área e publicou no Diário Oficial da União uma portaria declarando como indígenas cerca de 11,4 mil hectares, os Guarani-kaiowá voltaram à área, ocupando parte da fazenda Ipuitã. Em julho de 2005, a Justiça permitiu a permanência dos índios em 58 ha da fazenda, e em outubro de 2009 Guyraroká foi declarada de posse permanente dos indígenas por meio da Portaria do Ministro de Estado da Justiça nº 3.219. A Terra Indígena Guyraroká que, de acordo com suas lideranças, atualmente abriga 24 famílias - cerca de 120 pessoas -, aguarda agora a demarcação e homologação final por parte da Funai e da presidência da República.

► Impactos da atividade agrícola no território indígena

De acordo com o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Guyraroká, produzido pelo antropólogo e coordenador do Grupo Técnico da Funai, Levi Marques Pereira, há cerca de 26 fazendas no interior da área, mas nem todos os proprietários e propriedades foram identificados. O estudo apontou que, em sua maioria, as terras foram tituladas a partir da década de 1940, quando estas voltam ao domínio da União com o fim dos contratos de arrendamento da Companhia Mate Laranjeiras (empresa que, por vários anos, ocupou grande parte das terras do sudoeste sul-matogrossense com o plantio de erva mate). “Os primeiros proprietários adquiriram as terras junto ao Governo do Estado de Mato Grosso através de compra e, paulatinamente, expulsaram os índios, prática comum naquela época; mesmo assim, a presença indígena em Guyraroká, como peões de fazendas, se prolonga até a década de 1980, sendo parte de uma estratégia do grupo de permanência na terra onde sempre viveram”¹¹.

Após o período de retomadas dos indígenas e de disputas jurídicas entre fazendeiros e Funai entre o final da década de 1990 e meados dos anos 2000, Guyraroká não foi sobremaneira palco de conflitos ou violência como outras Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul, mas, de acordo com Ambrosio Vilhalva, cacique da aldeia, ainda



Cacique Ambrósio Vilhalva mostra o rio da aldeia, contaminado por agrotóxicos

Foto: Verena Glass

ocorrem casos de intimidação e ataques isolados aos indígenas. “Temos sofrido intimidação de fazendeiros que atiram na gente quando vamos pescar, e de funcionários do deputado Zé Teixeira (José Roberto Teixeira, deputado estadual pelo DEM e proprietário da fazenda de cana Santa Claudina), que dizem que não podemos passar pela estrada entre a fazenda e a usina da Cosan (Raízen, antiga Nova América)”, afirma Vilhalva. Já o deputado tem afirmado na imprensa que os conflitos são fruto da atuação de organizações indígenas. “Essas entidades só sabem jogar os índios contra os produtores rurais. Elas incitam invasões não porque querem o bem-estar dos índios, mas porque são contra o progresso”¹².

Já os problemas ambientais ainda são graves. A longa ocupação do território indígena por fazendeiros teve um efeito devastador sobre a vegetação nativa - essencial para o desenvolvimento das práticas de subsistência dos Guarani-kaiowá, como coleta, uso de plantas medicinais, pesca e caça - principalmente na última década, segundo relato das lideranças indígenas de Guyraroká. Em 2010, instalou-se na região a usina sucroalcooleira Nova América, adquirida pela maior empresa do setor no Brasil, a Cosan, hoje denominada Raízen após uma fusão em joint-venture entre a empresa e a petroleira holandesa Shell.

Em documento divulgado em julho de 2011, os indígenas relatam problemas decorrentes do funcionamento da usina e apontam o deputado Zé Teixeira como um dos principais responsáveis por danos ambientais na TI nos últimos anos. “[A cana] começou ali no Zé Teixeira na região do Cabo de Aço. 250 hectares. Ele plantou primeiro, aí foi continuar plantando. Naquele lugar era puro pasto

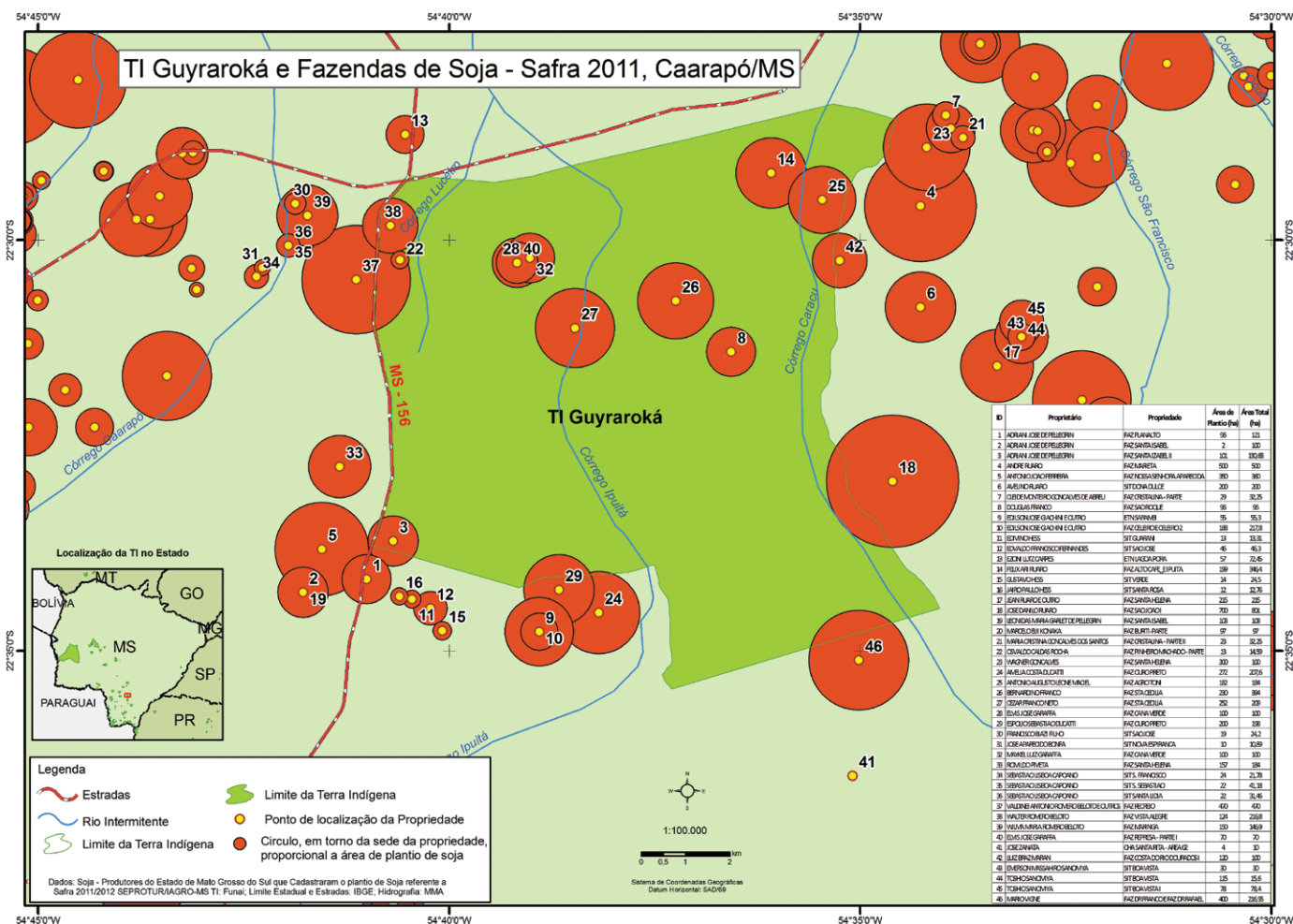
de fazenda, que antes de ser fazenda era mato. Tinha uma parte de campo com guavira e remédio. Hoje tudo tá só canavial. Quando começaram a plantar cana [na] terra de Zé Teixeira teve um capão de mato que desapareceu, cavucaram com a máquina e enterraram (...). Depois que começou a funcionar a usina a saúde ficou ruim para todos - crianças, adultos e animais. Perdemos 7 cavalos, duas vacas e um boi. Depois que a usina funcionou as nascentes das águas ficou rasa. A lavagem que eles passam na cana, quando chove prejudica os peixes também. O peixe do rio, do córrego, da lagoa. Aqui dava pintado, douradinho, curimba, peixe-espada e vários outros peixes miúdos, que antes tinha. Sumiu tudo. Também acabou remédios de vários tipos, que dá no mato, na beira do rio. A planta acabou pelo envenenamento. Remédio para a coluna, estômago, cabeça. De primeiro, tinha. Sumiu tudo (...). As carretas que passam com a cana, se pegar uma criança que vai para a escola. Nós tem medo. Os motoristas não respeitam. Do jeito que vem, vem. A carreta passa no meio da aldeia. Quando chove, a água fica horrível e já teve gente que passou mal. Na queimação de cana, as crianças, os velhos as gestan-

tes, ataca tudo. A fumaça ataca. O cheiro ruim vem para cá quando espalham a calda na plantação. Causa vários tipos de problemas. Antes do canavial era outra saúde, uma vida sossegada. Hoje a gente se sente de uma outra forma, sem mais tranquilidade”⁷¹³.

De acordo com o cacique Ambrósio Vilhalva, as plantações de soja também impactam a aldeia, principalmente em função da fumigação de agrotóxicos nas lavouras. “O veneno contamina a água e causa problemas de saúde para o nosso povo, principalmente as crianças, que sentem muita dor de cabeça e sofrem com a diarreia”, afirma o cacique.

► Produtores de soja e cana no interior da TI Guyaroká

De acordo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, na safra 2011/2012 há 10 registros de produtores de soja que cultivaram o grão em fazendas que incidem parcial ou totalmente na TI Guyaroká, como mostra o mapa abaixo.



Na tabela abaixo, estão relacionados os mesmos dados, incluindo a inscrição estadual dos produtores.

RELAÇÃO DOS PRODUTORES QUE CADASTRARAM PLANTIO DE SOJA JUNTO À IAGRO NO INTERIOR DA TI GUYRAROKÁ, REFERENTE À SAFRA 2011/2012			
Nome	Inscrição estadual	Fazenda	Área de soja (ha)
Adriani Jose de Pellegrin	287.022.609.0	Santa Izabel II	101,0
Douglas Franco	287.128.792.0	São Roque	96,0
Felix Ari Ruaro	286.045.583.0	Alto Café e Ipuita	199,0
Antonio Augusto Leone Maciel	285.374.753.0	Agro Toni	182,0
Bernardino Franco	285.374.605.0	Sta Cecília	230,0
Cezar Franco Neto	285.374.834.0	Sta Cecília	252,0
Elvis Jose Garaffa	286.718.529.0	Cana Verde	100,0
Maykel Luiz Garaffa	286.718.537.0	Cana Verde	100,0
Walter Romero Beloto	285.373.684.0	Vista Alegre	124,0
Elvis Jose Garaffa	287.232.514.0	Represa Parte I	70,0

Já em relação à cana, como a atividade no Mato Grosso do Sul não requer registro nem sequer licenciamento ambiental, há uma dificuldade maior em se obter dados oficiais sobre localização e tamanho das áreas plantadas. Na tabela 2, estão listados os dados dos proprietários e das fazendas que têm cultivo de cana no interior da Terra Indígena, com informações fornecidas pelo Ministério Público Federal (MPF) em Dourados e pelos próprios indígenas.

RELAÇÃO DOS PLANTIOS DE CANA NO INTERIOR DA TI GUYRAROKÁ			
Nome	CPF	Fazenda	Área da propriedade
José Roberto Teixeira	003.721.101-34	Santa Claudina	4.408,0
Orlando Duarte Vilela		São Sebastião do Ipacarái	356,0
Bernardino Franco*	23.044.055.091.0	Santa Cecília	625,6

* A fazenda Santa Cecília foi citada pelos indígenas de Guyraroká como uma das produtoras de cana. informação não confirmada. Na relação do Iagro, a propriedade tem dois registros de produção de soja, e no cadastro do Sintegra o proprietário Bernardino Franco consta como criador de gado

A produção de commodities agrícolas no interior de Terras Indígenas por ocupantes não índios tem sido um dos principais vetores de problemas para os Guarani-kaio-wá do Mato Grosso do Sul, tanto no que tange os aspectos fundiários, quanto os ambientais e sociais. No caso da cana, o Decreto Nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprovou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, excluiu das áreas aptas ao cultivo e passíveis de financiamento público as terras indígenas, ato que foi regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em outubro do mesmo ano.

Com base nesta regulamentação, o MPF tem tentado, desde então, negociar com as empresas Cosan e Shell, proprietárias da usina Raízen, a interrupção da compra de cana cultivada nas fazendas que incidem em Guyraroká.

Em 20 de abril de 2012 a usina Raízen Caarapó S. A. Açúcar e Álcool - localizada entre as TIs Guyraroka e Takuara na Rodovia MS 156, km 12, Município de Caarapó - firmou com a Funai um Termo de Compromisso de Cooperação pelo qual se compromete a “suspender, em caráter definitivo, até o prazo máximo de 25 de novembro de

2012, a aquisição, para sua unidade produtora (usina) situada no Município de Caarapó, estado do Mato Grosso do

Sul, de cana-de-açúcar oriunda de áreas já declaradas, por meio de portaria do Ministro de Estado da Justiça, como terra indígena, nos termos do art. 2º, § 10, I do Decreto n. 1775/96, bem como se abster de promover a utilização, nessa mesma unidade produtora, de cana-de-açúcar

oriunda de áreas que, de igual modo, ainda venham a receber a mesma qualificação”¹⁴.

Em vista dos danos já sofridos pela comunidade indígena, porém, em junho o MPF ajuizou um ação na Justiça Federal contra a Funai, em que pede indenização de R\$ 170 milhões, a ser revertida aos habitantes de Guyraroká, por danos morais e materiais. “O MPF considerou a dispersão da comunidade, a remoção forçada para outras áreas, a violência sofrida, a demora da União em demarcar suas terras tradicionais e ainda a frustração dos direitos originários ao usufruto exclusivo de suas terras”, explica documento do Ministério Público¹⁵.



Placa na entrada da TI Guyraroká atesta posse dos indígenas sobre a área

Foto: Verena Glass



3. TERRA INDÍGENA PANAMBI - LAGOA RICA

Localização: municípios de Douradina e Itaporã (MS)

Superfície: 12.196 hectares

Perímetro: 63 Km

Sociedade indígena: Guarani-kaiowá

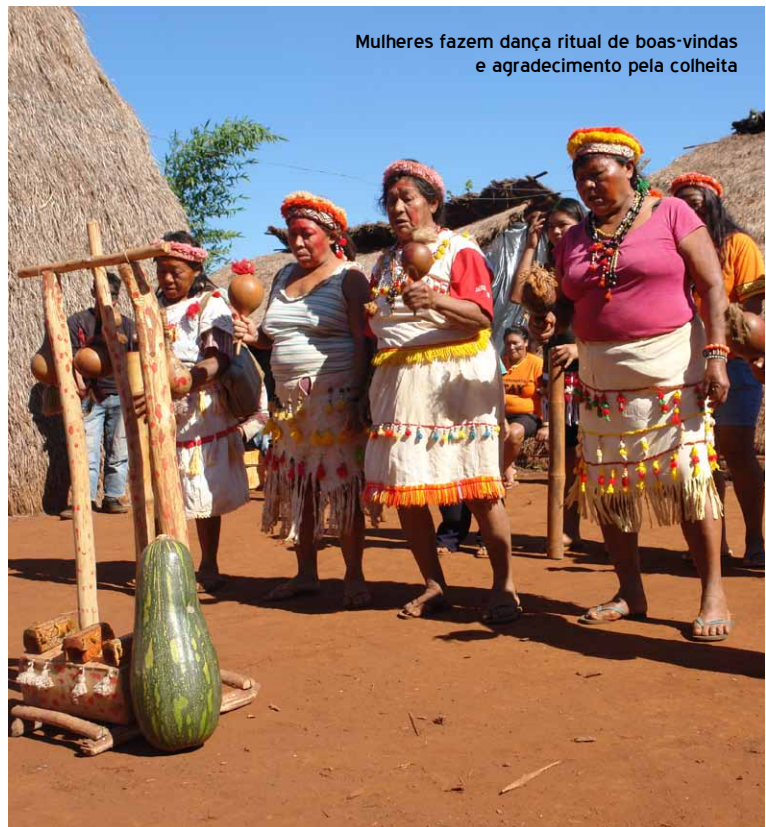
Situação legal: delimitada

A terra indígena Panambi - Lagoa Rica tem sido reivindicada pelos Guarani-kaiowá desde 2005, quando, em agosto daquele ano, ocorreram as primeiras retomadas de parte da área, ocupada pelas fazendas Irmãos Spessato, de Cleto Spessato, e Kechevi, de Valdir Piesanti. Os confrontos com produtores e seus seguranças, que deixaram alguns indígenas feridos, levou à intervenção do Ministério Público Federal e da Funai, que se comprometeram com os índios para que os processos administrativos de demarcação da área, arquivado desde 1970, seriam retomados.

Pouco mais de um mês depois, em meados de outubro, o Grupo de Trabalho da Funai iniciou os estudos da área. Um primeiro laudo foi protocolado em maio de 2009, mas a demarcação não foi concluída em função de inconformidade nos conteúdos, como justificou a presidência da Funai em setembro de 2010.

Em função da demora do processo de reconhecimento, em agosto de 2010 os indígenas voltaram a ocupar parte do território reivindicado. Entre a retomada e final de setembro, o acampamento sofreu quatro ataques de fazendeiros e seus seguranças, relatam os índios. “No primeiro ataque, os fazendeiros botaram fogo em tudo. Queimaram os barracos, nossas roupas, os documentos, toda a comida. Já em setembro, vieram uns 50 peões armados, atirando para o alto e soltando fogos de artifício. Vieram com carros, tratores. A gente era quase mil pessoas, entre adultos, crianças e idosos, e dessa vez a gente se defendeu com arco e bodoque, chamamos a Polícia Federal e eles correram”, conta Ifigênia Hilton, liderança local.

Em 12 de dezembro de 2011, a Funai publicou no Diário Oficial da União o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica. De acordo com o documento, “o Relatório concluiu que a área ocupada tradicionalmente pelo povo indígena kaiowá, nos municípios de Douradina e Itaporã, estado de Mato Grosso do Sul, tem superfície de 12 mil hectares e perímetro de 63 Km, aproximadamente, e compõe a grande área denominada ‘Brilhante Pegua’”, onde vivem cerca de 830 Guarani-kaiowá.



Mulheres fazem dança ritual de boas-vindas e agradecimento pela colheita

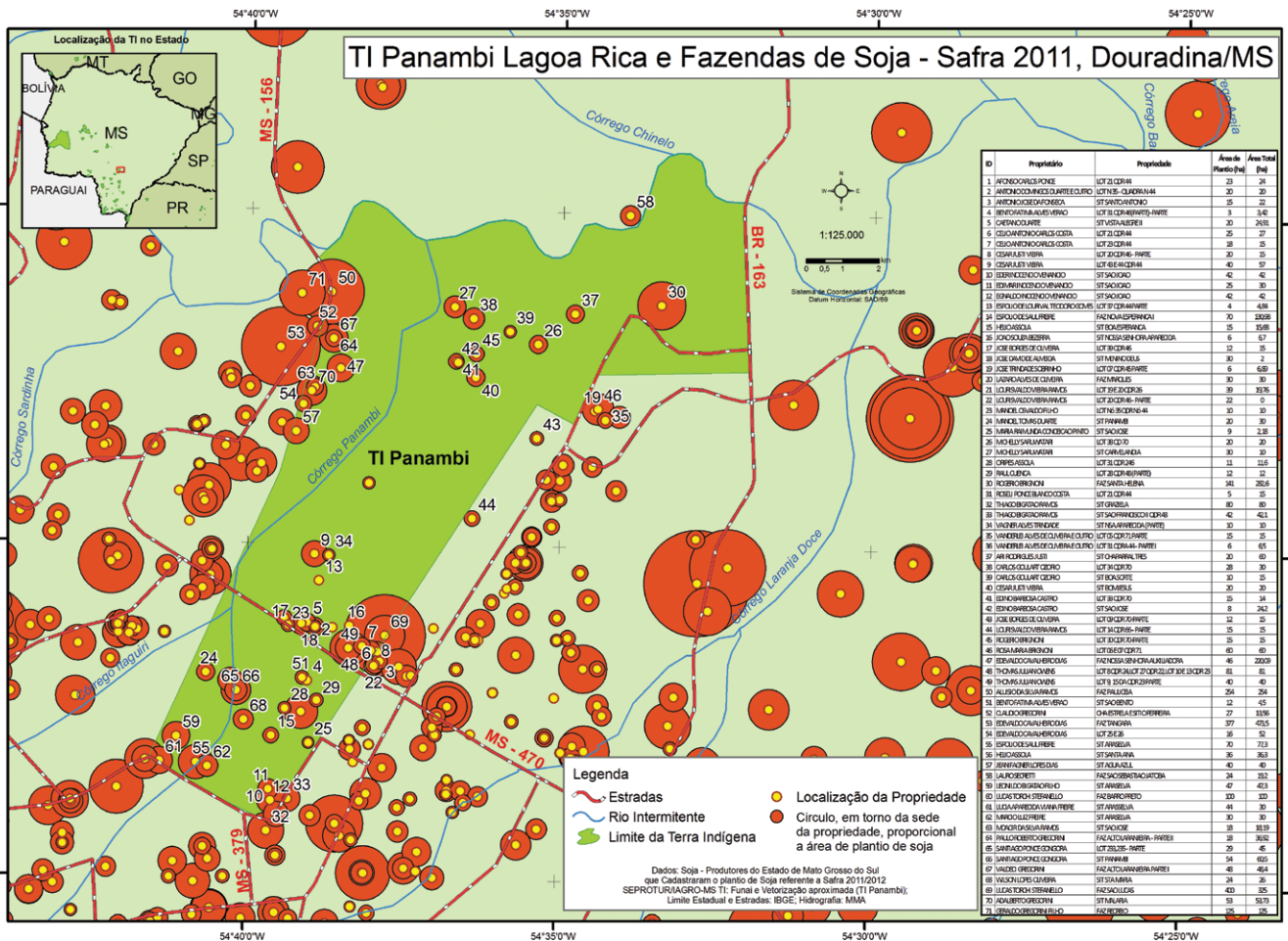
Foto: Verena Glass

► Impactos das fazendas na TI Panambi - Lagoa Rica

A Terra Indígena Panambi - Lagoa Rica é, possivelmente, a com maior incidência de fazendas, sítios e lotes entre as áreas indígenas declaradas no Mato Grosso do Sul. De acordo com o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Lagoa Rica, de autoria da antropóloga Katya Vietta¹⁶, são ao menos 72 propriedades, grande parte lotes de pequenos agricultores, remanescentes da Colônia Municipal de Dourados, criada em 1946.

Segundo os indígenas, entre as áreas ocupadas por não índios há fazendas de gado e uma pequena área arrendada para a usina LDC Bioenergia (empresa do grupo francês Louis Dreyfus Commodities), para o plantio de cana. Seriam 5 hectares em uma fazenda chamada São Paulo, mas não foi possível confirmar a informação. A maior parte dos produtores, porém, trabalha com cultura de grãos, como arroz, milho e soja.

De acordo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, na safra 2011/2012 há 27 registros de produtores de soja que cultivaram o grão em propriedades que incidem parcial ou totalmente na TI Panambi - Lagoa Rica, como mostra o mapa na página seguinte.



RELAÇÃO DOS PRODUTORES QUE CADASTRARAM PLANTIO DE SOJA JUNTO À IAGRO NO INTERIOR DA TI LAGOA RICA, REFERENTE À SAFRA 2011/2012

Nome	Inscrição estadual	Fazenda	Área de soja (ha)
Aluisio da Silva Ramos	286.891.530.0	Paulicéia	254.0
Antonio Domingos Duarte	286.788.225.0	LOT 35 - QUAD 44	20.0
Bento Fátima Alves Verão	286.663.007.0	Lot 31 Qdr 46(Parte)	3.2
Caetano Duarte	286.144.018.0	Vista Alegre II	20.0
Carlos Goulart Ozorio	286.501.228.0	Lot 34 Qdr 70	28.0
Celio Antonio Carlos Costa	286.484.021.0	Lot 14-A Qdr 45	25.0
Cesar Justi Vieira	287.267.164.0	Lot 20 Qdr 46 - Parte	40.0
Cesar Justi Vieira	286.916.118.0	Bom Jesus	20.0
Eder Inocencio Venancio	287.246.256.0	São João	42.0
Edimar Inocencio Venancio	286.402.041.0	São João	25.0
Egnaldo Inocencio Venâncio	287.246.221.0	São João	42.0
Espolio de Saul Freire	285.379.909.0	Nova Esperança I	70.0
Espolio de Saul Freire	285.200.445.0	Araselva	70.0
Helio Assola	285.381.229.0	Boa Esperança	15.0
Jean Fagner Lopes Dias	287.202.801.0	Água Azul	40.0
Leonildo Bigatão Filho	285.764.519.0	Araselva	47.0
Lucas Torchi Stefanello	287.176.479.0	São Lucas	325.0
Marcio Luiz Freire	286.655.144.0	Araselva	30.0
Moacir da Silva Ramos	286.033.089.0	São Jose	18.0
Ari Rodrigues Justi	285.149.610.0	Chaparral Tres	20.0
Rogério Brignoni	287.426.343.0	Marques I Parte	141.0
Santiago Ponce Gongora	286.227.215.0	Lot 233,235 - parte	29.0
Santiago Ponce Gongora	286.994.240.0	Panambi	54.0
Thomas Julian Owens	286.849.968.0	Lot 8 Qdr 24, Lot 27 Qdr 22, Lot 10 E 13 Qdr 23	81.0
Thomas Julian Owens	286.849.879.0	Lot 9, 15 da Qdr 23 Parte	40.0
Valdeci Gregorini	286.622.211.0	Alto Lranjeira parte I	48.0
Wilson Lopes Oliveira	286.047.721.0	Sta Maria	24.0

Na tabela da página anterior, estão relacionados os mesmos dados, incluindo a inscrição estadual dos produtores.

De acordo com os indígenas, o conflito com os fazendeiros ainda não está totalmente superado. “Ainda sofremos muitas ameaças, por isso tentamos sempre andar em grupo. E tem o presidente do sindicato rural de Douradina, que faz de tudo contra nós. No último ataque que fizeram aqui em 2010, teve segurança da Gaspem. Isso nos assusta muito”, afirmou uma liderança. A empresa de segurança Gaspem é acusada de cometer uma série de atos de violência contra indígenas, entre eles o assassinato do cacique Nizio Gomes, da TI Guayviri, no final de 2011.

Além das relações tensas, a atividade produtiva dos fazendeiros também tem causado problemas para os indígenas, afirma Cirso Jorge, liderança local. “Quando eles passam veneno nas lavouras, geralmente o [herbicida] Nortox, as pessoas passam muito mal. Principalmente as crianças. Mas pega em todo mundo, dá umas fístulas cheias de pus, depois a pele da gente fica toda marcada”, diz Cirso, mostrando marcas no rosto e pescoço. Segundo ele, parte dos produtores usa tratores para aplicar o veneno, mas também há fumigação aérea. “O Spessato joga de avião. A água que a gente consome vem de uma nascente que fica toda contaminada, e nossas roças morrem quando o vento traz o veneno pra cá. Além disso, os caminhões dos produtores também atravessam a nossa terra, o que é perigoso principalmente para as crianças”, afirma Cirso.

Foto: Verena Glass

Jovem mostra arco-e-flecha usado como defesa em ataque de fazendeiros à área



4. TERRA INDÍGENA TAKUARA

Localização: Município de Juti,
Estado de Mato Grosso do Sul

Superfície: 9.700 ha

Perímetro: 50 Km

Sociedade indígena: Guarani-kaiowá

Situação legal: declarada

A Terra Indígena (TI) Takuara, palco de um dos mais brutais assassinatos de uma liderança indígena no Mato Grosso do Sul, vem sendo reivindicada pelos Guarani-kaiowá desde 1999. Neste ano, aconteceu a primeira retomada da área, e começaram os estudos da Funai de identificação e delimitação do território através da Portaria nº 1.176/PRES, de 23 de dezembro. Em junho de 2010, a TI foi declarada de posse permanente dos indígenas através da Portaria nº 954, suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) em julho do mesmo ano. O caso ainda aguarda conclusão.

De 1999 a 2001, os indígenas permaneceram na área, ocupando parte da fazenda Brasília do Sul, de propriedade de Jacinto Honório da Silva Filho. De acordo com matéria do jornal Correio do Estado, em outubro de 2001 os indígenas entraram em confronto com funcionários da fazenda numa tentativa de ampliação da área retomada e, “por determinação judicial, eles foram despejados e deixados, de favor, na Aldeia Tey Cuê, em Caarapó. Na oportunidade foi concedido um prazo de 15 dias, pela própria Funai, para que eles pudessem voltar à fazenda, onde montaram a Aldeia Taquara. O prazo não foi cumprido e eles acabaram ficando quase um ano em Caarapó”¹⁷.

Ainda de acordo com matéria do mesmo jornal, em outubro de 2002 o grupo de Takuara acabou saindo da aldeia Tey Cuê e passou a acampar às margens da rodovia MS-156, próximo a Porto Cambira, em Dourados. “O grupo, que está a cerca de 300 metros do Rio Dourado, padece quando o problema é água. Eles são obrigados, inclusive crianças e mulheres, a percorrer essa distância com galões para encher um reservatório que vai servir para lavar roupas, tomar banho e o que é pior, para beber. A água desse rio é considerada uma das mais sujas e teria apresentado uma série de contaminações por agrotóxico, em consequência das lavouras nas margens”, descreve o jornal¹⁸. Já naquela época, o cacique Marcos Verón, liderança do movimento de retomada, teria alertado a Funai sobre a possibilidade de retorno à área da fazenda.

► Assassinato do cacique Marcos Veron

Em 11 de janeiro de 2003, os indígenas promoveram a segunda ação de retomada da área de Takuara na fazenda Brasília do Sul, o que suscitou uma violenta reação do fazendeiro Jacinto Honório. No dia 12, um veículo



Ladio Veron, filho do cacique Marcos Veron, assassinado em 2003, com foto do pai

dos índios que levava mantimento para o acampamento foi atacado e perseguido por 10 funcionários da fazenda, e na madrugada do dia 13, o acampamento foi violentamente atacado por 18 pistoleiros, que acabaram assassinando o cacique Marcos Veron por espancamento.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), que denunciou o caso à Justiça, na madrugada do dia 13 “os indivíduos que realizaram a perseguição [do carro indígena] no dia anterior juntaram-se a outro grupo, também fortemente armado, composto por Cláudio Rosenes Pires (Pipo), Jair Sebastião de Oliveira, Francisco Ferreira Lima Filho, Claudemir Francisco Bertune, Marcos José Teixeira de Souza, Valdomiro Gazola, Ademir Ricardo da Costa, Orlando Paulo Mariano, Antonio Batista Rodrigues, Vilmar Jacques dos Santos, Manoel Sebastião de Oliveira, Márcio Luiz Camargo, Florisvaldo de Oliveira dos Santos, Eliano Melo Da Silva, Janilton Moura dos Santos, além de Carlos Roberto dos Santos, Jorge Cristaldo Insabralde e Estevão Romero, a mando do denunciado Jacinto Honório da Silva Filho, e promoveram um verdadeiro massacre contra os índios que se encontravam acampados no interior da Fazenda Brasília do Sul. O grupo acima citado, fazendo uso de 03 veículos pertencentes à Fazenda, além de um caminhão Mercedes Benz, munido de armas de fogo e rojões, e contando com uma evidente repartição de tarefas, derrubou as barracas onde os índios estavam dormindo, agredindo-os e humilhando-os”.

Atualmente liderança de Takuara e professor da escola da aldeia, Ladio Veron, filho do cacique assassinado, conta que ele, sua esposa, seus cunhados, sua irmã e seu filho foram amarrados, enquanto os jagunços espancavam seu pai a coronhadas. “Em um determinado momento,

quando meu pai estava quase morto, os jagunços começaram a brigar entre si. Uns diziam que não era pra matar, outros diziam que já tava feito. Aí ouvi eles falando no rádio de uma camionete que meu pai estava quase morto, e ouvi a voz do [fazendeiro] Jacinto dizendo que não era pra ter matado, que assim ele não ia pagar pelo serviço. Quando perguntaram pra ele o que era pra fazer com a gente, ele disse que era pra sumir com os corpos, jogar num buraco que tem atrás de um eucaliptal aqui perto”, relata Ladio.

Depois da discussão, ele, seu pai e seus familiares foram jogados na caçamba de uma camionete. “Eles já tinham jogado uma substância viscosa em mim, que me queimou a pele, acho que era gasolina. Falaram que iam botar fogo em mim. Levaram a gente pela estrada e acabaram parando na frente da fazenda do deputado Zé Teixeira [fazenda Santa Claudina], onde jogaram o corpo do meu pai no meio da rua. Me jogaram também, eu continuava amarrado. Os outros conseguiram fugir. Por um milagre naquele momento veio um caminhão com os faróis ligados, e eles fugiram sem me matar”, conta Ladio. O cacique Marcos Veron, à época com 72 anos, não resistiu às agressões e morreu com traumatismo craniano no hospital.

O caso foi denunciado pelo MPF e pela Funai a Justiça como crime de formação de quadrilha ou bando, seqüestro, dano qualificado, homicídio qualificado e tortura, e incluiu 28 réus. Em função de pressões do setor do agronegócio e da inoperância da Justiça no Mato Grosso do Sul, por decisão do TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região, em 2009 o Tribunal de Júri foi transferido para São Paulo. Em 2011, três acusados foram condenados a 12 anos de prisão. Outros 24 réus ainda aguardam julgamento.

► Impactos das fazendas incidentes na TI Takuara

Atualmente, as 69 famílias que vivem na TI Takuara ocupam apenas 90 ha do território, de acordo com Ladio Veron. Depois do assassinato do cacique Marcos Veron, os conflitos na área diminuíram, mas os indígenas vivem em constante medo. Ladio, que nunca recebe estranhos na aldeia, relata que sofreu duas tentativas de seqüestro nos últimos anos, provavelmente encomendados por fazendeiros locais.

Do ponto de vista ambiental, segundo o Resumo do Relatório de Identificação do território¹⁹, de autoria do antropólogo Levi Marques Pereira, concluído em 2005, a cobertura vegetal e a fauna de Takuara sofreram forte impacto da ocupação agropecuária do território, que remonta à década de 1950. Em 2005, plantas utilizadas tradicionalmente na alimentação e medicina Guarani ainda podiam ser encontradas “nas estreitas faixas das matas ciliares e nos pequenos capões de mato deixados como reserva florestal (...). O levantamento ambiental aponta a ne-

cessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas áreas que não foram totalmente desmatadas”, afirma o relatório.

De acordo com os indígenas, os resquícios de mata nativa foram praticamente todos destruídos a partir de 2003, com os seguidos arrendamentos da fazenda Brasília do Sul a produtores de soja e cana. Em 2004, relatam os índios, a então usina Nova América - hoje Raízen - foi uma das principais responsáveis pela derrubada de mata na terra indígena, mas eles não souberam dizer se a empresa continua arrendando áreas no interior de Takuara.

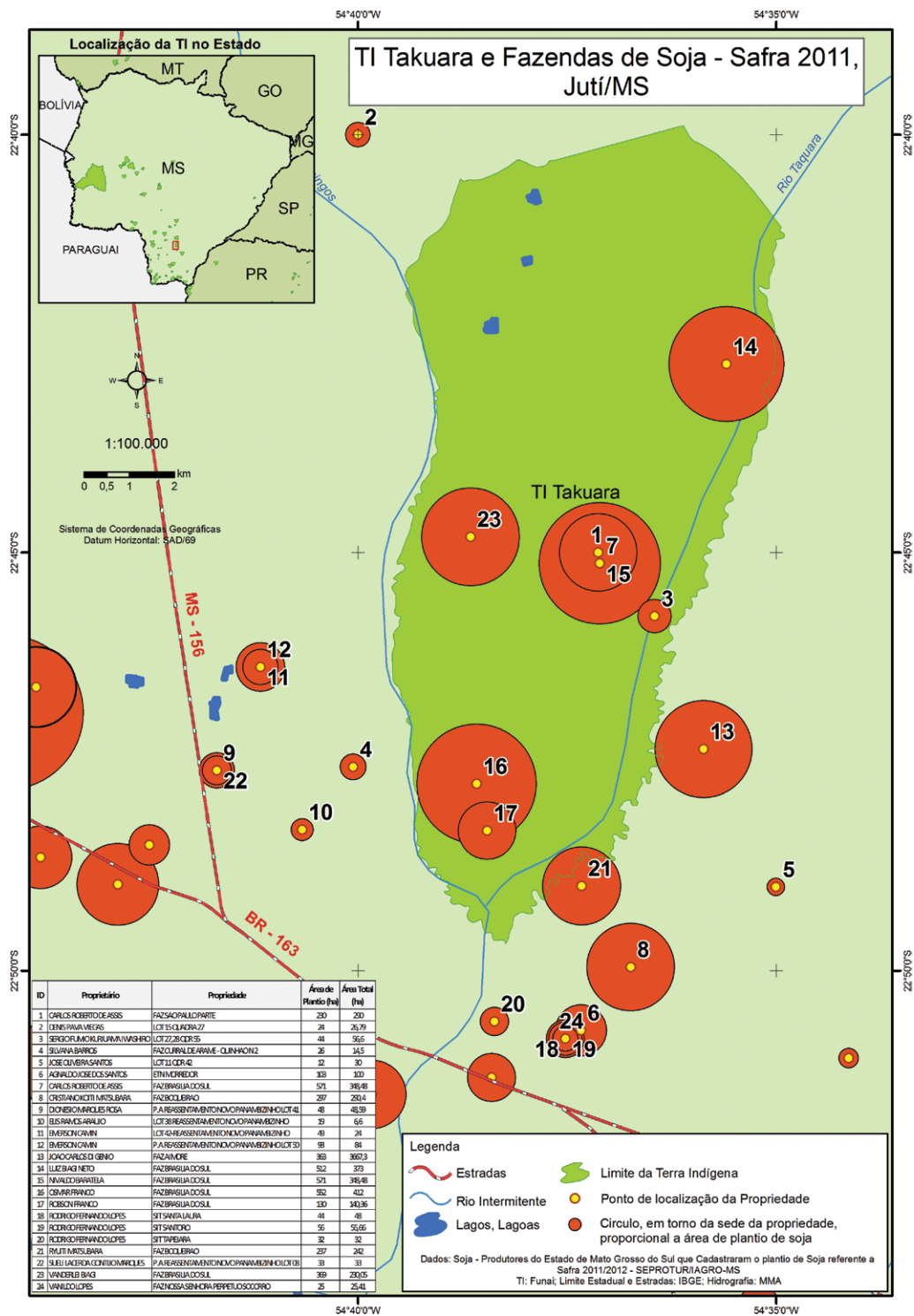
Nos últimos anos, afirmam os índios, a maior parte dos arrendamentos na fazenda Brasília do Sul visa o cultivo de soja (e milho, na safrinha). Além de problemas com a fumigação, por via aérea, de agrotóxicos sobre os plantios, que atinge sistematicamente a aldeia - causando graves prejuízos às suas roças de subsistência e doença nas crianças e idosos -, o tráfego intenso de caminhões que atravessam sua área também é um incômodo. “Em 2011, colocamos uma pessoa pra contar: foram 870 carretas de soja que saíram da nossa terra, passando no meio da aldeia”, afirma Ladio Veron.

De acordo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, na safra 2011/2012 há sete registros de produtores de soja que cultivaram o grão em fazendas que incidem parcial ou totalmente na TI Takuara, como mostra o mapa da página seguinte.

Foto: Philip Clark-Hill

Índio observa caminhão que transporta grãos das fazendas que incidem sobre a TI





Na tabela que segue abaixo, estão relacionados os mesmos dados, incluindo a inscrição estadual dos produtores¹⁰.

RELAÇÃO DOS PRODUTORES QUE CADASTRARAM PLANTIO DE SOJA JUNTO À IAGRO NO INTERIOR DA TI TAKUARA, REFERENTE À SAFRA 2011/2012			
Nome	Inscrição estadual	Fazenda	Área de soja
Carlos Roberto de Assis	287.182.410,0	São Paulo Parte	230,0
Sergio Fumio Kuriuama Iwashiro	287.201.864,0	LOT 27,28 QDR 55	44,0
Luiz Biagi Neto	286.708.540,0	Brasília do Sul	512,0
Nivaldo Baratela	286.616.610,0	Brasília do Sul	571,0
Osmar Franco	286.712.385,0	Brasília do Sul	552,0
Robson Franco	287.175.014,0	Brasília do Sul	130,0
Vanderlei Biagi	287.052.265,0	Brasília do Sul	369,0

5. COMUNIDADE INDÍGENA LARANJEIRA NHANDERU

Localização: Município de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul

Sociedade indígena: Guarani-kaiowá

Área reivindicada: 11.000 hectares

Situação legal: em estudo / perícia judicial

A primeira retomada de terra Laranjeira Nhanderu ocorreu em fevereiro de 2008, quando cerca de 120 indígenas (até então moradores da aldeia Panambi, em Douradina) ocuparam parte da fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, de propriedade da família Cerveira. De acordo com o cacique Faride Mariano de Lima, o grupo é diretamente descendente dos indígenas que moravam na área antes do estabelecimento de fazendas no território, em meados da década de 1930. A retomada se deu através da ocupação de um pedaço da Reserva Legal da fazenda, onde foi estabelecido o acampamento.

Em retaliação, os fazendeiros bloquearam o acesso ao acampamento pela Fazenda do Inho, de José Raul das Neves. A propriedade é vizinha da fazenda Santo Antonio e, segundo o Ministério Público Federal (MPF), foram postados seguranças armados na porteira de forma a impedir tanto o trânsito dos indígenas quanto o acesso de funcionários da Funai, da Funasa e de outros órgãos governamentais. Este bloqueio levou à morte de uma criança de 5 meses, que não pôde ser levada ao hospital a tempo porque os seguranças particulares de Raul das Neves impediram a passagem da mãe, de acordo com denúncia dos indígenas ao MPF.

A demanda imediata dos indígenas de Laranjeira Nhanderu para a Funai foi a constituição de um Grupo de Trabalho para dar início aos estudos antropológicos da área reivindicada. A Funai se comprometeu a iniciar o processo, mas não cumpriu o acordo. Três meses após a retomada, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região deferiu uma ordem de despejo, mas após recurso do MPF deu aos índios e à Funai mais 90 dias para que, neste prazo, o órgão realizasse os estudos antropológicos.

Passado o prazo, diante da não realização de qualquer estudo por parte da Funai, a Justiça ordenou a reintegração de posse e os indígenas foram despejados pela Polícia Federal em setembro do mesmo ano. No ato da saída do acampamento, pistoleiros incendiaram os barcos e pertences do grupo, que passou a acampar às margens da rodovia BR 163.

Em maio de 2011, o grupo deixou o acampamento provisório às margens da BR e retomou pela segunda vez um trecho da reserva legal da fazenda Santo Antonio, onde permanece até o momento apesar de seguidas tentativas de reintegração de posse, negadas pela Justiça no final do processo. Desde 2008 - quando pela primeira vez se comprometeu a realizar os estudos antropológicos da área - até o momento, a Funai não concluiu o processo. Em função da judicialização da disputa pelas terras entre índios e fazendeiros, a Justiça Federal decidiu realizar uma perícia judicial na área, na qual avaliará os argumentos dos fazendeiros, contrários, e do MPF, favoráveis à permanência dos indígenas. Apesar de estar marcada para meados de agosto, a perícia deverá ocorrer apenas a partir de outubro, de acordo com estimativas do MPF.



Guaranis caminham ao lado de área de soja e milho recém colhido

► Conjuntura conflituosa

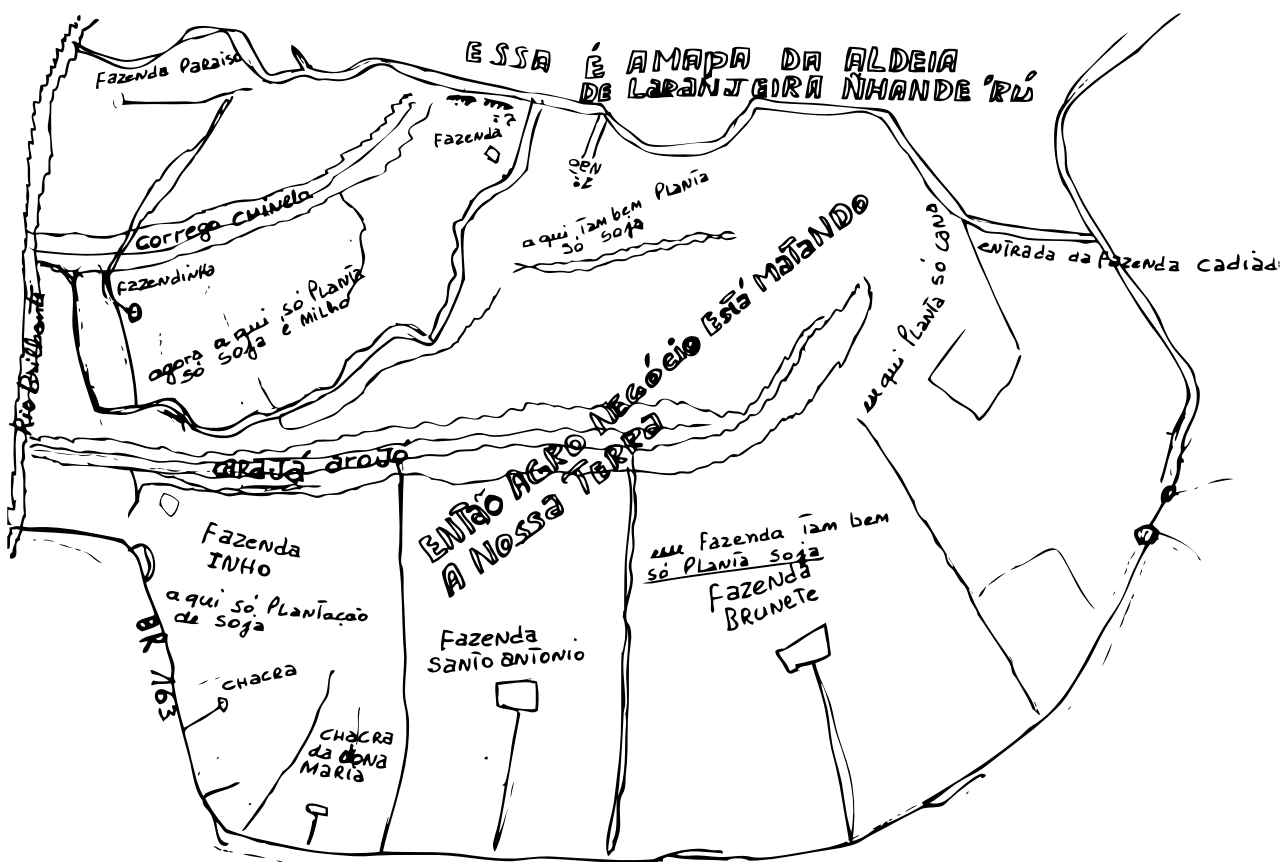
Atualmente, as 36 famílias - cerca de 200 pessoas - de Laranjeira Nhanderu vivem em um acampamento no trecho florestado entre as fazendas do Inho e Santo Antonio. De acordo com o levantamento dos próprios indígenas, corroborado pelo estudo (paralisado) da Funai, ao menos 10 fazendas incidem sobre o território tradicional Guarani-kaiowá.

Diretamente em frente à localidade onde se encontra a maior parte dos barracos e a casa de reza de Laranjeira Nhanderu, separada por uma estreita estrada de terra está a área de soja (e milho safrinha) da fazenda do Inho, de propriedade de José Raul das Neves e José Raul Das Neves Junior (presidente do PT de Rio Brillhante). A área foi arrendada pelo produtor de soja Sadi Masiero.

De acordo com os índios, o principal problema da proximidade das lavouras com suas casas e pequenas roças é a aplicação de agrotóxicos por via aérea. Além da contaminação dos cursos d'água e dos problemas de saúde causados principalmente a jovens e idosos, os indígenas têm perdido "muita criação". "Em maio, o [fazendeiro] Sadi jogou veneno na área aqui e, só meu, morreram quatro gansos, oito patos e 35 pintinhos" explica dona Roselina.

No mapa de Laranjeira Nhanderu elaborado pelos indígenas, entre as propriedades que estariam no perímetro do território reivindicado, destaca-se a fazenda Cadeado, que, segundo os indígenas, produz cana para a usina LDC Bioenergia, da multinacional francesa Louis Dreyfus. A fazenda também consta como produtora de soja na relação da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, safra 2011/2012. O Grão teria sido produzido por Roberto Lago.

MAPA DA TI LARANJEIRA NHANDERU ELABORADA PELOS INDÍGENAS



6. COMUNIDADE INDÍGENA GUAIVIRY

Localização: Municípios de Aral Moreira e Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul
Sociedade indígena: Guarani-kaiowá
Área reivindicada: 110.000 hectares
Situação legal: em estudo

A área indígena Guaiviry vem sendo reivindicada pelos Guarani-kaiowá desde 2004, quando ocorreu a primeira retomada por parte de um grupo de cerca de 65 famílias. De acordo com as lideranças, a área teria sido demarcada como indígena ainda no século XIX, mas na década de 1910, com a criação da Terra Indígena Amambai pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a população de Guaiviry foi transferida para lá e a área anteriormente ocupada, considerada terra devoluta.

Retirados da área pela Funai em 2004, em 2005 os indígenas fizeram uma segunda tentativa de retomada, ocupando um pedaço da fazenda Ouro Verde, mas sofreram novo despejo. No dia 1º de novembro de 2011, ocorreu a terceira retomada. O acampamento foi montado em uma área da fazenda Nova Aurora, produtora de soja, a poucos metros da BR-386, que liga Ponta Porã à cidade de Amambaí, e permanece no local até hoje. De acordo com a Funai, os estudos de identificação e delimitação da área já tiveram início e estão em andamento.

Guaiviry foi palco do mais recente assassinato de uma liderança indígena, cometido por um consórcio de fa-

zendeiros com auxílio da empresa de segurança privada Gaspem, conforme apuração da Polícia Federal. De acordo com os indígenas, na manhã do dia 18 de novembro de 2011, por volta das 6h30, 17 carros chegaram ao acampamento e homens encapuzados assassinaram o cacique Nizio Gomes, liderança do grupo.

“Eles chegaram perguntando pelo meu pai, que correu pra dentro da mata. Começaram a soltar fogos de artifício, e foram atrás dele. Meu pai foi baleado de uma distância de mais ou menos 15 metros. Foram cerca de quatro tiros que o atingiram. Meu sobrinho Jonatan, de 13 anos, que viu o avô caído, morto, tentou carregar o corpo, mas era muito pesado e ele teve que fugir. Então os pistoleiros foram lá, pegaram o corpo do meu pai, jogaram na caçamba de uma caminhonete Hilux cinza e foram embora. A ação durou mais ou menos 15 minutos, foi tudo muito rápido. Nos outros índios, eles atiraram com balas de borracha. No meu pai, foi pra matar mesmo”, explica Genito Gomes, filho de Nizio e uma das atuais lideranças do acampamento.

De acordo com as investigações da Polícia Federal, o ataque e o assassinato de Nizio Gomes foram organizados por um grupo de fazendeiros e pela empresa de segurança Gaspem na noite anterior ao ocorrido. Segundo os autos do inquérito policial, “é possível inferir que os integrantes da empresa de segurança GASPEM teriam, às vésperas do crime, se encontrado com [os fazendeiros] Idelfino Maganha, Samuel Peloi, Claudio Adelino Gali, Luis Antonio Ebling do Amaral, Levi Palma [advogado], Osvim Mittanck [presidente do Sindicato rural de Aral Moreira] e



Genito Gomes, filho do cacique assassinado Nizio Gomes, em frente ao barraco que era do pai

Aparecido Sanches para tratar da logística e estratégia da retirada dos índios do acampamento GUAYVIRY localizado na Fazenda Nova Aurora, rodovia MS-386, município de Ponta Porá/MS, sendo que haveria armas de fogo na reunião (cf. depoimento de Jean Diemys Paulino Siqueira às fls. 182/182vº do IPL 0562/2011-4). Também é de se destacar o teor do depoimento do indígena Dilo Daniel (fls. 657/665 do IPL 0562/2011-4, constante na mídia digital inserida à fl. 22 destes autos), onde afirmou que participaram da aludida reunião Claudio Adelino Gali, Samuel Peloi, Emerson Conti, Osvim Mittanck, Aparecido Sanches, José Osvaldo Eli, Etelvir Pazinato e Idelfino Maganha. Afirma ainda que Claudio Adelino Gali, Osvim Mittanck e Idelfino Maganha, em momento posterior ao crime, teriam participado de uma reunião em que lhe prometeram ajuda nas eleições e assistência de advogado, em troca de que sustentasse perante a polícia a versão de que o índio Nizio Gomes estaria vivo e refugiado no Paraguai”.

Com o encerramento da segunda etapa das investigações, em junho de 2012, a PF indiciou 23 pessoas e decretou prisão preventiva de 18, entre fazendeiros, membros da Gaspem e um advogado. Entre os indiciados, constam: Claudio Adelino Gali, Levi Palma, Aparecido Sanches, Samuel Peloi, Idelfino Maganha, Osvim Mittanck, Luis Antonio Ebling do Amaral, Aparecido Altonio Fernandes de Freitas, Aurelino Arce, Josivam Vieira de Oliveira, Jerri Adriano Pereira Benites, Wesley Alves Jardim, Juarez Rocanski, Edimar Alves dos Reis, Nilson da Silva Braga, Ricardo Alessandro Severino do Nascimento, Aparecido Pereira dos Santos Junior e André Pereira dos Santos. As últimas prisões foram efetuadas no início de julho de 2012. No final do mês, três réus foram soltos (entre eles Aparecido Altonio Fernandes de Freitas, proprietário da fazenda Maranata, inocentado por depoimentos de outros envolvidos) através do deferimento de habeas corpus pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

PRODUTORES DE SOJA INVESTIGADOS PELA MORTE DE NIZIO GOMES		
Fazendeiro	CPF	Fazenda(s) e localização
Idelfino Maganha	1.012.258.068.0	Fazendas 2 de Ouro, Água Branca, Cachoeirinha, Figueira, Don Pedro, Embu e Querência - Aral Moreira
Samuel Peloi	38.813.718.934.0	Dois Irmãos, Dois Irmãos I, II - Aral Moreira
Osvim Mittanck	6.810.567.399.0	LOT 128 Rod Aral Moreira/Vil Marques Km3 - Aral Moreira
Luis Antonio Ebling do Amaral	50.604.864.191.0	Fazendas Nice, em Amabai, e Vacaria Tuja e Nova Aurora (acampamento Indígena) - Aral Moreira
Claudio Adelino Gali	00039132021968	Faz. Curral de Arame, Área A, 2 e 3 - Rod. Dourados/Caarapo KM 10, em Dourados, e faz. Sonho Mágico e Sonho Mágico
Emerson Conti	58.220.437.120.0	Lagoa da Prata-Parte I - Aral Moreira
Etelvir Pazinato	17.532.221.172.0	Arco Iris e Lagoa da Prata - Aral Moreira

► Produção de soja

Entre os proprietários rurais mencionados nas investigações do assassinato de Nizio Gomes, vários são grandes produtores de soja. De acordo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, na safra 2011/2012 o grão foi cultivado pelos fazendeiros mencionados na tabela acima.

► Fazendas na área de Guaiviry

Dona Marília Tereza, uma das indígenas mais velhas do acampamento de Guaiviry, relata que nasceu naquela região e foi expulsa com os demais parentes depois que as terras foram tomadas por fazendas e teve início a produção de erva mate na região, na década de 1940. Marília Tereza cita a fazenda Ouro Verde, mas outros indígenas falam em parentes nascidos ou enterrados em fazendas como Tagi, Ponto Alto e Jaguarete.

Um primeiro levantamento feito pelos indígenas, em apoio ao processo de estudo e delimitação da

Funai, detectou uma área de cerca de 110 mil hectares como sendo tradicionalmente Guarani.

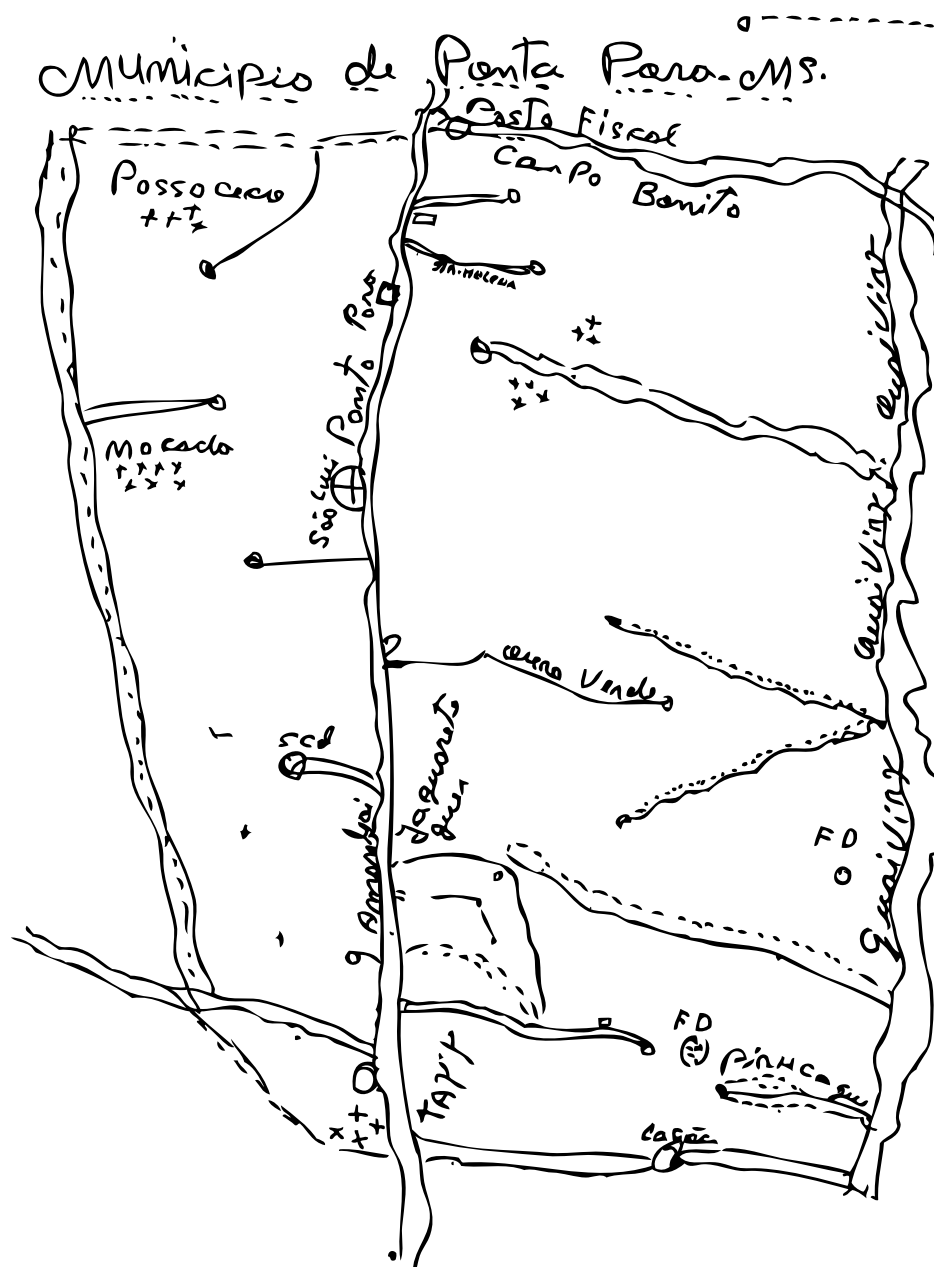
O levantamento preliminar dos indígenas também apontou oito fazendas que estariam nesta área e onde se encontram marcos antropológicos como túmulos, cemitérios, centros de intercâmbio comercial Guarani e até aldeias. As fazendas mencionadas são Fazenda Nova Aurora, Fazenda Ouro Verde, Fazenda Jaguarete (ou Jaguarete-cuê), Fazenda Tagi (ou Tagy), Fazenda Santa Nazaré e São João, Fazenda São Luis, Fazenda Chalana, Fazenda Água Boa, e Fazenda São Rafael.

De acordo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Mato Grosso do Sul, cinco das fazendas mencionadas cultivaram soja na safra 2011/2012. Sobre as demais, não foi possível levantar informações acerca da atividade produtiva.

► Conflito permanece

De acordo com as lideranças de Guaiviry, o acam-

MAPA DA TI GUAIVIRY ELABORADO PELOS INDÍGENAS



pamento conta com 65 famílias - cerca de 190 pessoas -, que ainda vivem sob grande tensão. No início de setembro de 2012, o grupo denunciou nova onda de intimidação e ameaças por parte de funcionários das fazendas da região.

“No dia 02/09/2012, às 13h00, dois homens chegaram de carro às nossas casas e passaram a observar a nossa pequena lavoura em que plantamos mandioca e batata-doce. Ao observar a nossa pequena roça, um deles perguntou: ‘o que vocês estão plantando aqui?’ Respondemos: ‘plantamos rama de mandioca e batata-doce, só nesse pedacinho plantamos’. Diante de nossa resposta, ele falou de modo nervoso: ‘aqui vocês não podem plantar nada não!, logo nós vamos passar veneno aqui’. Assim, confirmou que eles vão passar veneno em nossa pequena roça. Além disso, eles observaram a nossa casa de reza tradicional Oga Pysy que está em processo inicial de

construção. Eles falaram também ‘aqui vocês não podem construir essa oca não!’”, descreve denúncia encaminhada ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e à Funai no dia 6 de setembro.

De acordo com o documento, novas ameaças foram feitas no dia 05/09/2012. “Às 14h00 horas, uma caminhonete preta com vidros escuros em alta velocidade chegou à Guaivirí frente de nossas barracas, em face do fato, ficamos muito assustados e com medo de sermos atacados novamente. Um abaixou vidro do carro e perguntou: ‘Quem é o cacique!? Cadê o cacique!’, percebemos que se encontravam 3 pessoas dentro de caminhonete. Um deles portava um maquina fotográfica e tirou as nossas fotos e de nossas barracas. Ninguém desceu do carro e saíram em alta velocidade de Guaivirí”. Questionada, a Funai em Ponta Porã nega ter tido conhecimento do fato²⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio brasileiro é o um dos setores que mais tem crescido nos últimos anos, com apoio sólido do governo federal. Os recursos destinados às atividades agropecuárias via Plano Safra (ou Plano Agrícola Pecuário) têm aumentado na mesma medida, perfazendo R\$ 93 bilhões na safra 2009/2010, R\$ 100 bilhões na safra 2010/2011, R\$ 107 bilhões na safra 2011/2012 e R\$ 115,2 bilhões na safra 2012/2013.

Apesar das oscilações dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional, os ganhos se mantiveram consideráveis em 2012, o que impulsionou os investimentos. De acordo com a estimativa de safra da Conab, este ano o país produzirá 165,9 milhões de toneladas de grão, 1,9% a mais do que na safra anterior (no Mato Grosso do Sul, o aumento foi de 22,9%). A área plantada também aumentou em 2% no Brasil, ocupando 982,2 mil hectares a mais do que na última safra (no Mato Grosso do Sul, este aumento foi de 12,8%)²¹.

Um dos efeitos do cenário positivo para o setor foi o aumento do preço das terras. De acordo com uma análise da consultoria Informa Economics FNP, especializada no mercado agropecuário, datada de setembro de 2012, o preço das terras no país teve um aumento de cerca de 32% nos últimos 12 meses. Em maio de 2011, o Mato Grosso do Sul sofreu um aumento médio de 30% no valor da terra em relação a 2010, índice que chegou a 100% no norte do estado, de acordo com o Sindicato dos Corretores de Imóveis de Mato Grosso do Sul.

A valorização do agronegócio e das terras nas últimas décadas tem tido um efeito preocupante sobre o processo de reconhecimento dos territórios indígenas, principalmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Em números totais, por exemplo, o presidente Fernando Collor de Melo homologou 112 Terras Indígenas (TIs) entre 1991 e 1992, e entre 1992 e 1994, Itamar Franco homologou 18. Nos seus oito anos de governo, Fernando

Crianças de Guaiviry brincam em frente à área de soja recém colhida

Foto: Verena Glass



Henrique Cardoso homologou 145 TIs. Já no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva ocorreram 79 homologações, e no de Dilma Rousseff, apenas três.

O setor produtivo - com apoio, nos últimos anos, do governo estadual - tem exercido uma oposição ostensiva ao processo de reconhecimento das terras indígenas no Mato Grosso do Sul. Por outro lado, no entanto, a trágica situação dos Guarani também levou a um movimento mais amplo e intenso de reconhecimento de suas características sócio-culturais e de seus direitos ancestrais, inserindo no tabuleiro das disputas conceituais um novo parâmetro de valor, que se contrapõe ao econômico-financeiro.

Nesse sentido, tanto no âmbito do Ministério Público Federal quando no acadêmico e das organizações indigenistas e de direitos humanos, a terra ancestral - o Tekoha - e seu simbologismo inerente não apenas ressignificam o conceito de direito, mas também o de valor.

Para os Guarani, o Tekoha é o lugar “em que vivemos de acordo com o nosso costume”. Seu tamanho pode variar em superfície, mas estrutura e função se mantêm iguais: tem liderança religiosa e política própria, e forte coesão social. Ao Tekoha correspondem as grandes festas religiosas e as decisões políticas e formais nas reuniões gerais (o grande conselho Guarani Aty Guasu). O Tekoha tem uma área bem delimitada, geralmente por bosques,

arroyos ou rios, e é uma propriedade comunal exclusiva; ou seja, não se permite a incorporação ou a presença de estranhos. Acima de tudo, o Tekoha é uma instituição divina, criada por Nhanderu (Deus)²².

Esta noção de pertencimento, do ancestral e do divino inerente aos territórios explica, em parte, a presença - e muitas vezes liderança - dos rezadores (nhanderus) nas ações de retomada de terra, bem como a resignada resistência às condições mais adversas de desabrigo, fome, violência e lentidão dos processos demarcatórios, às quais os Guarani se submetem nos acampamentos. O reconhecimento do direito Guarani às suas terras é, assim, um pressuposto à sua sobrevivência como povo. Na balança de valores supera (ou nem é comparável), no Estado Democrático de Direito, a contabilidade econômica da atividade agropecuária, ou mesmo ao processo de apropriação das terras pelas forças privadas ou estatais.

Este reconhecimento se espera que seja incorporado nas cadeias produtivas e nas políticas públicas referentes à produção de commodities no Mato Grosso do Sul. Neste sentido, o presente relatório se propõe a auxiliar os diversos elos desta corrente a detectar práticas que não se enquadram num processo produtivo que possa ser considerado responsável, tanto no cumprimento da legislação, quanto no que a extrapola, para benefício das populações indígenas.



Foto: Philip Clark-Hill

- 1 *O Brasil dos Agrocombustíveis - Os Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Cana-de-açúcar - 2009.* Disponível em http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf
- 2 O procedimento de reconhecimento das Terras Indígenas é estabelecido pelo Decreto nº 1775/96, e segue as seguintes etapas: (i) Identificação, momento em que é constituído um grupo de trabalho formado por representantes de diversas áreas de conhecimento, coordenado por um antropólogo, para realizar estudos sobre a Terra Indígena ; (ii) Declaração, consiste na emissão de Portaria Declaratória de Posse pelo Ministro da Justiça reconhecendo os limites da Terra Indígena, após o período de contraditório, determinando a sua demarcação administrativa; (iii) Demarcação, consiste na materialização da delimitação. Nesta fase, os marcos são colocados no chão além das placas de sinalização e abertura de picadas, entre outras atividades; (iv) Homologação, ratificação da demarcação física através de Decreto Presidencial; (v) Registro, etapa em que a Terra Indígena é registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda (SPU/MF).
- 3 Relatório “*Violência contra os povos indígenas no Brasil 2011*”. Disponível em <http://www.cimi.org.br/pub/CNBB/Relat.pdf>
- 4 As informações do histórico do povo Guarani no MS foram retiradas em grande parte do texto “*Os Guarani-kaiowá e Nandeva*”, do site Trilhas de Conhecimentos - Ensino Superior de Indígenas no Brasil: http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/mato_grosso_do_sul/guarani.htm. Uma descrição mais aprofundada da história Guarani pode ser encontrada no relatório circunstanciado de identificação e delimitação da TI Jatayvary, disponível em <ftp://neppi.ucdb.br/pub/cedoc/pdf/RubemAlmeida/Rel%20Jatayvary%202005.pdf>
- 5 Revisão aumenta projeção de safra de cana em MS em mais 800 mil toneladas. Disponível em <http://www.agrodebate.com.br/conteudo/2012/08/noticias/3493-revisao-aumenta-projecao-de-safra-de-cana-em-ms-em-mais-800-mil-toneladas.html>
- 6 Conselho Monetário Nacional - regulamentação do ZAE. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=109102944>
- 7 Usina firma termo de compromisso de responsabilidade ambiental, indígena e trabalhista. Reportagem disponível em <http://www.prms.mpf.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2010/04/usina-firma-termo-de-compromisso-de>
- 8 Termo de Compromisso de Cooperação Funai/Raízen disponível em http://www.prms.mpf.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2012/06/termo%20de%20compromisso%20de%20cooperacao_raizen_funai.pdf
- 9 Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação - <ftp://neppi.ucdb.br/pub/cedoc/pdf/RubemAlmeida/Rel%20Jatayvary%202005.pdf>
- 10 Para conhecer o CNPJ dos produtores, basta acessar o site do Sintegra (<http://www.sintegra.gov.br/>), selecionar o estado desejado, selecionar Consulta ao Cadastro Agropecuária (CAP) e inserir o número da inscrição estadual no campo indicado
- 11 Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Guarani-kaiowá Guyraroká - VI Parte: Levantamento Fundiário - <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/688372/dou-secao-1-13-08-2004-pg-41/pdf>
- 12 Depoimento feito à revista Veja em junho de 2011, na matéria “Adivinhe qual é a terra dos índios”
- 13 Relatório do Conselho Indigenista Missionário - CIMI “As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul”, pg 61 http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf
- 14 Termo de Compromisso de Cooperação Funai-Raízen - http://www.prms.mpf.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2012/06/termo%20de%20compromisso%20de%20cooperacao_raizen_funai.pdf
- 15 MPF/MS pede indenização de R\$ 170 milhões para comunidade indígena Guyraroká - <http://www.prms.mpf.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2012/06/mpf-ms-pede-indenizacao-de-r-170-milhoes-para-comunidade-indigena-guyaroka>
- 16 http://www.prms.mpf.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/arquivo/2011/Portaria524_TIPanambi.pdf
- 17 Procurador apura miséria de índios - Correio do Estado, 15 de outubro de 2002 - <http://piib.socioambiental.org/es/noticias?id=5999>
- 18 Até ontem, eles continuavam acampados perto do Rio Dourado, sem receber qualquer tipo de assistência - Correio do Estado, 16 de outubro de 2002 - <http://ti.socioambiental.org/#!/noticia/6015>
- 19 Resumo do Relatório de Identificação, dezembro de 2005 - <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/877052/dou-secao-1-06-12-2005-pg-24>
- 20 Relato/denúncia da comunidade Guarani-kaiowá de tekoha Guaiviry - Aral Moreira-MS - <http://www.indiosonline.net/relatodenuncia-da-comunidade-Guarani-kaiowa-de-tekoha-guaiviry-aral-moreira-ms/>
- 21 Conab - acompanhamento da safra de grãos, setembro de 2012 - http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_09_06_09_18_33_boletim_graos_-_setembro_2012.pdf
- 22 Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da TI Jatayvary, <ftp://neppi.ucdb.br/pub/cedoc/pdf/RubemAlmeida/Rel%20Jatayvary%202005.pdf>